

Doc. 7

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	/ /
Cod.	DMD 00174

RELATÓRIO DA VIAGEM DO ALTO RIO JURUÁ, MUNICÍPIO DE CRUZEIRO  
DO SUL, ESTADO DO ACRE, EM JANEIRO - FEVEREIRO DE 1978.

Anthony Seeger, Ph.D.  
Professor Adjunto  
Museu Nacional

Arno Vogel  
Mestrando  
Museu Nacional

## Í N D I C E

1. <u>Sumário e Recomendações para uma Atuação Indigenista no Alto Juruá</u> .....	01
1.1. Sumário .....	01
1.2. Recomendações .....	01
1.2.1. Recomendações a curto prazo .....	01
1.2.1.1. Ajudância do Acre	
1.2.1.2. Criação de áreas indígenas	
1.2.1.3. Vacinação	
1.2.1.4. Fiscalização de expulsão dos indígenas	
1.2.1.5. Fiscalização de fricção interétnica	
1.2.2. Recomendações a médio prazo .....	02
1.2.2.1. Terras	
1.2.2.2. Postos Indígenas	
1.2.2.3. Assistência Médico Sanitária	
1.2.2.4. Escolas	
1.2.3. Recomendações a longo prazo .....	04
1.2.3.1. Autonomia dos grupos em termos de sua renda	
1.2.3.2. Autonomia deve ser distinta do projeto de "emancipação"	
2. <u>Condições de trabalho na Região do Alto Juruá</u> .....	04
2.1. Agradecimentos .....	05
2.2. Dificuldades de trabalho .....	05
2.2.1. Distâncias e abastecimento .....	05
2.2.2. Transporte .....	06
2.2.3. Os Rios .....	07
2.2.4. A relação com o Governo Federal .....	08
3. <u>Os Kaxinaua dos Rios Breu e Caipora</u>	
3.1. Histórico do Grupo .....	09
3.2. Situação Atual: Relações com Outros Grupos .....	09
3.2.1. Relações com outros grupos indígenas	
3.2.2. Relações com Regionais	
3.2.3. Relações com os Patrões	
3.2.4. Relações com Instituições Religiosas	
3.3. Composição Familiar .....	12
3.4. Informação Social e Cultural .....	12
3.5. Atividades Econômicas .....	13
3.6. Situação Sanitária .....	14
3.7. Situação Educacional .....	14
3.8. Sugestões para uma política indigenista em relação aos Kaxinaua do rio Breu .....	14
3.8.1. Programa de Vacinações	
3.8.2. Começar fiscalização de Seringal	
3.8.3. Começar trabalho com projetos no rio Jordão	
3.8.4. Oferecer a possibilidade de mudança para o rio Jordão	
3.8.5. Justificativa para esta linha de ação	
3.9. Anexo sobre Kaxinaua do Breu: Parentesco e Census .....	15



I N D I C E

continuação

4. <u>Os Jaminaua-Arara dos rios Bajé, Tejo e Humaitá</u> .....	16
4.1. Histórico do Grupo .....	17
4.2. Situação Atual: Relações com Outros Grupos .....	17
4.2.1. Relações com outros grupos indígenas	
4.2.2. Relações com regionais	
4.2.3. Relações com os patrões	
4.2.4. Relações com instituições indígenas	
4.3. Composição Familiar .....	19
4.4. Informação Social e Cultural .....	20
4.5. Atividades Econômicas .....	20
4.6. Situação Sanitária .....	21
4.7. Situação Educacional .....	21
4.8. Sugestões para uma política indigenista em relação aos Arara-Jaminaua dos rios Bajé, Tejo e Humaitá .....	21
4.8.1. Vacinações .....	
4.8.2. Fiscalização do Seringal	
4.8.3. Estabelecimento de Reserva	
4.9. Informação sobre a posse de Terras Arara-Jaminaua ....	22
4.10 Anexo sobre Jaminaua-Arara: Parentesco e Censo .....	22
5. <u>Breve Notícia Etnográfica sobre os Índios Kampa</u> (do Arno Vogel) .....	23
5.1. Os Kampa do Alto Juruá .....	24
5.1.1. Distribuição e Censo .....	25
5.1.1.1. Rio Breu	
5.1.1.2. Rio Amônea	
5.1.2. Modo de subsistência .....	28
5.1.2.1. A Casa e As Terras	
5.1.2.2. Um Dia numa Aldeia Kampa: Caça e Pesca e Extra ção Vegetal	
5.2. A Sociedade Kampa .....	37
5.2.1. Parentesco e Estrutura Social .....	37
5.2.1.1. Casamento e Residência	
5.2.1.2. O Sistema de Parentesco	
5.2.2. Informações Culturais .....	41
5.2.2.1. Autoridade, poder e virtudes guerreiras	
5.2.2.2. Festas e Danças	
5.2.2.3. O Ritual de Ayhuasca	
5.3. As Relações Externas dos Kampa .....	49
5.4. Sugestões para uma política indigenista para os Kampa do Alto Juruá .....	51

RELATÓRIO SOBRE GRUPOS INDÍGENAS DO ALTO JURUÁ, ACRE

1. Sumário e Recomendações para uma Atuação Indigenista no alto Juruá

1.1. Sumário

Este é um relatório de viagem dos antropólogos Anthony Seeger e Arno Vogel, do Museu Nacional, contratados pela FUNAI para fazer um levantamento das populações indígenas do alto Juruá - acima da vila Porto Valter, em janeiro e fevereiro de 1978. Os objetivos visados consistiam no levantamento dos dados demográficos e da situação geográfica desses grupos. Além disso era necessário obter informações confiáveis a respeito da situação econômico-social dos grupos indígenas na região, verificando quais as variáveis básicas para uma atuação indigenista na área. Dentre os objetivos destacava-se a possível demarcação de reservas indígenas na região.

1.2. Recomendações para uma Atuação Indigenista no Alto Juruá

Em função do levantamento realizado junto a três diferentes grupos indígenas, presentes na região - quais sejam: Kaxinaua, Kampa, e Arara-Jaminaua, acrescidas de conversações com regionais inteirados da problemática das populações indígenas do alto Juruá, vemos as possibilidades de uma atuação indigenista da Fundação Nacional do Índio, a curto, médio, e longo prazo. Resumimos abaixo o detalhado nas conclusões no presente relatório.

1.2.1. Recomendações a curto prazo.

A curto prazo, tendo em vista a situação instável da ocupação de terras na área e problemas de saúde, temos as seguintes sugestões a fazer:

1.2.1.1. As medidas a serem tomadas no prazo curto dependem diretamente da capacidade de atuação da Agência da FUNAI no Acre. O fortalecimento desta quanto a recursos e pessoal é, neste sentido, da maior importância e urgência.

1.2.1.2. Transformação das terras indicadas para demarcação em áreas de reserva indígena de direito através das gestões jurídicas e burocráticas cabíveis.



1.2.1.3. Necessidade premente de um programa de vacinação em conexão com a atuação do Projeto Rondon - que já conta com uma infra-estrutura baseada em Cruzeiro do Sul e cuja Diretoria já se mostrou inclinada a cooperar neste sentido. Foram grandes as perdas populacionais em função de surtos epidêmicos na região durante a última década - entre eles febre amarela, sarampo, e coqueluche.

1.2.1.4. Um processo de fiscalização no sentido de evitar a expulsão dos grupos indígenas das áreas que atualmente ocupam. A urgência desse processo deve ser encarecida tendo em vista a crescente tendência à grilagem de terras. Seria preciso chamar a atenção para o fato de que uma presença inicial da FUNAI na região poderia acelerar a expulsão e ocupação de áreas vitais para as populações indígenas do alto Juruá.

A fiscalização poderia contar com a colaboração das autoridades civis e militares da sub-prefeitura sediada em Vila Taumaturgo. O sub-prefeito e delegado nos parece, em virtude das suas atribuições, capaz de preencher um papel importante neste sentido. Ainda assim, é preciso apontar a complexidade da tarefa em virtude do jogo de pressões ao qual estas autoridades estão expostas por parte dos patrões regionais.

1.2.1.5. Uma fiscalização, tanto quanto possível rigorosa, das relações entre os regionais, sobretudo patrões, e os grupos indígenas, expostos e vulneráveis, mais do que quaisquer outros, a processos de expoliação do seu trabalho ou dos valores deste.

1.2.2. Recomendações a Médio Prazo

A médio prazo consideramos decisiva a presença efetiva e atuante da FUNAI na área. Essa presença teria o duplo aspecto de uma demarcação de terras indígenas e da implementação simultânea de projetos de desenvolvimento comunitário. A necessidade de que esses dois processos sejam concomitantes é absoluta. A demarcação de terras só tem

sentido se através dela for assegurada aos grupos indígenas a possibilidade de implementar favoravelmente o seu contato com a sociedade nacional. Isto significa que não pretendem o confinamento mas buscam acesso aos recursos a eles que parecem desejáveis, mantendo ao mesmo tempo a sua integridade social e cultural.

- 1.2.2.1. Terras. Indicamos neste relatório as áreas que, depois do contato com os indígenas, nos pareceram corresponder não apenas às suas necessidades, mas também às suas aspirações concretamente manifestadas e justificadas.
- 1.2.2.2. Postos Indígenas. A presença efetiva da FUNAI implica o estabelecimento de pelo menos um posto indígena em cada uma das áreas a serem demarcadas. Através desses postos a FUNAI pode preencher as funções que na atualidade são desempenhadas pelos patrões. Obviamente com uma atuação positiva, em oposição ao papel dos patrões atuais, e visando uma eventual transferência da iniciativa, no âmbito da situação do contato, aos próprios indígenas.
- 1.2.2.3. Assistência Médico-Sanitária. Além dos programas de vacinação julgamos necessário implantar, nesta fase, um programa de assistência médico-sanitária permanente. Esta deve ter caráter primordialmente preventivo. O posto indígena deve estar equipado também para o atendimento de casos de emergência como afecções do aparelho respiratório, mordida de cobra, hepatite e doenças venéreas, além de tratamentos prolongados para os casos de tuberculose e Hanseníase.
- 1.2.2.4. Escolas. Os índios salientaram a necessidade de aprender a ler, escrever, e contar, pois isto lhes daria condições de evitar serem lesados nas transações com os regionais. Assim, parece indicado o estabelecimento de escolas nas áreas indígenas. A atuação dessas escolas deve fundamentar-se nos elementos pertinentes para a situação e os interesses dos grupos aos quais se aplica. Deve ao mesmo tempo pres



tigiar o uso e aprendizado da língua indígena<sup>4</sup>,  
que se constitui um fator fundamental da cons-  
trução da identidade étnica.

### 1.2.3. Recomendações a Longo Prazo

A política indigenista voltado para o longo pra-  
zo seria na realidade a meta de toda política indi-  
genista cuja preocupação vai além da sobrevivência  
das populações indígenas. Assegurado o respeito da  
sua integridade sócio-cultural, através dos progra-  
mas de assistência realizados no âmbito do estado,  
uma política de longo prazo deve tornar possível a  
autonomia das sociedades tribais através de uma au-  
to-gestão. As bases desta devem ser elaboradas com  
a participação essencial das próprias comunidades.

1.2.3.1. Uma política de autonomia verdadeira dos grupos  
indígenas exige que lhes seja dado o controle e  
fetivo de todas as rendas geradas nos projetos  
desenvolvidos nas áreas indígenas.

Ao mesmo tempo, cabe-nos procurar fornecer  
aos índios as informações que forem por eles so-  
licitadas, para que este processo de tomada de  
consciência e controle sobre suas áreas possa  
se realizar. Cabe à FUNAI buscar estratégias de  
viabilização das soluções propostas por eles.

1.2.3.2. É necessário advertir, porém, que autonomia não  
deve ser confundida com "emancipação". A proje-  
tada "emancipação" dos indígenas é uma alterna-  
tiva falsa e perigosa do processo de expropria-  
ção territorial que eles vêm sofrendo. Esta  
"emancipação" significará, simplesmente, a des-  
truição final da relação dos índios com seu ter-  
ritório, e a incorporação destes como mão-de-  
-obra barata no sistema econômico nacional.

## 2. Condições de trabalho na Região do Alto Juruá

Recebemos a notificação da assinatura do contrato com a  
FUNAI, com atraso, no dia 6 de janeiro de 1978. No dia 10  
começamos tratar da papelada pendente na sede da FUNAI, em  
Brasília, que resultou na liberação da verba na sexta-feira,  
dia 13. Sábado, dia 14, chegamos em Rio Branco. Na segunda-  
-feira, dia 16, em Cruzeiro do Sul, sede do município em que  
nosso trabalho seria feito. Dia 19 estávamos subindo o rio  
Juruá, de onde voltamos no dia 16 de fevereiro, no caso de

Anthony Seeger e no dia 26 no caso de Arno Vogel. O tempo inteiro, no rio, viajamos em várias embarcações, dormindo nelas ou em casas ao longo do rio. .5

### 2.1. Agradecimentos

Queríamos agradecer aos funcionários da Ajudância do Acre da FUNAI, em Rio Branco, pelo seu apoio total ao nosso trabalho. O chefe da ajudância, Antônio Pereira Neto, foi especialmente importante. Queríamos expressar nossa opinião de que ele é um administrador capaz e imaginativo, e merece a confiança e apoio da administração da matriz em Brasília. Queríamos agradecer também à Dra. Eunice Onishi, diretora do Campus Avançado da Universidade Estadual de Campina e do Projeto Rondon em Cruzeiro do Sul. Ela nos emprestou material de camping, deu valiosas indicações de motoristas, arrumou uma embarcação, e nos apresentou às autoridades em Cruzeiro do Sul, além de nos ajudar de outras maneiras. O Sr. Armando Geraldo da Silva, de Cruzeiro do Sul, nos ajudou muito, emprestando-nos um dos seus batelões, por um período de 30 dias, e dando nomes de pessoas que poderiam nos ajudar ao longo do rio - uma área que, como seringa lista importante, ele conhece bem. Devemos muito aos nossos motoristas José e João Dantas da Silva cuja capacidade de trabalho, humor, e conhecimento dos costumes locais foi fundamental para o êxito da nossa viagem. Podemos recomendá-los como motoristas a quaisquer outras pessoas em visita à região.

### 2.2. Dificuldades de Trabalho

Existem várias dificuldades que pessoas, trabalhando na região do Alto Juruá, devem conhecer. Estas talvez não difiram de outras áreas da Amazônia, mas certamente da região do Brasil Central onde já tínhamos trabalhado. Serão mencionadas sumariamente.

#### 2.2.1. Distâncias e dificuldades de abastecimento

Cruzeiro do Sul, segunda cidade do Acre, é abastecida por caminhão na época da seca, e por bolsa (de Manaus) na época das chuvas. Durante as estações, porém, podem ocorrer carências sérias. Não havia gasolina quando chegamos, e até a possibilidade de nossa viagem parecia duvidosa. Foi necessário fretar gasolina de Tarauacá, pelo custo de Cr\$ 300,00 a lata, ou seja Cr\$ 18,00 por litro (quando



em lata cheia). Este era um bom preço. Não havia di<sup>6</sup>  
nheiro no nosso orçamento para este tipo de compra,  
 nosso orçamento original pois foi reformulado em  
 Brasília sem o nosso conhecimento. Embora balsas es  
 tivessem sendo esperadas para "qualquer dia" quando  
 chegamos, elas alcançaram Cruzeiro do Sul sõmente  
 depois de nossa volta do Alto Juruá. Felizmente, con  
 seguimos 40 latas de gasolina e foi possível ini-  
 ciar o trabalho. Deve ser observado que ambos os  
 pesquisadores gastaram seu próprio dinheiro para  
 equipamento pessoal, barco e viagem. Cruzeiro do  
 Sul é o único lugar, no Alto Juruá, que tem farmá-  
 cia, peças para motores, etc. Tudo tem que ser leva-  
 do de lá para cima.

2.2.2. Transporte. Embora haja uma estrada planejada de  
 Cruzeiro do Sul até a foz do Breu, essa ainda não es  
 tá em fase de construção. No VII BEC fomos informa-  
 dos que o trabalho não será iniciado a curto prazo.  
 O único meio de transporte na área são embarcações  
 ainda que existam duas pistas de aviação perto de  
 Taumaturgo, na confluência dos rios Juruá e Amonêa,  
 estas estão em condições precárias, para o uso de  
 aviões menores. Também, não há gasolina e outras  
 coisas, necessárias para viagens prolongadas, em  
 Taumaturgo. Para viagens curtas há a possibilidade  
 de alugar condução (trazendo gasolina) nesse lugar.

A distância de Cruzeiro do Sul à Foz do Breu,  
 num batelão pequeno, com um motor de 15 HP tipo  
 "burro preto", foi estimada em seis dias de viagem.  
 Nos levamos oito dias por causa de problemas mecâni-  
 cos. Sugerimos que se leve um ou dois motores ex  
 tras para viagens longas. O comprimento do rio prin-  
 cipal é reproduzido pelo tamanho dos afluentes e os  
 índios tendem a morar nas cabeceiras dos afluentes  
 - com o resultado de que o acesso aos grupos consu-  
 miu bastante tempo e gasolina. Não tivemos dificul-  
 dades em alugar ubã e motores pequenos, para subir  
 os afluentes enquanto pudéssemos fornecer a gasoli-  
 na. Em condições ideais, seria possível chegar aos  
 axinaua do Seringal Jacobina, no rio Breu, em sete  
 dias e meio de viagem a partir de Cruzeiro do Sul.  
 Levamos treze dias. Este problema de tempo deve en  
 trar em cálculos de assistência na região. Raramen

te as condições de viagem são ideais.

2.2.3. Os Rios. As condições dos rios fazem com que as viagens sejam difíceis. Há uma estação de seca e uma estação de chuva marcadas; a primeira com duração de maio a novembro, e a segunda chegando ao auge em finais de fevereiro. Planejamos nossa viagem para a época da chuva para poder subir os afluentes sem dificuldades. Os rios Juruá e Amônia não oferecem, durante o ano inteiro, problemas de acesso em barcos de pequeno porte (2-4 toneladas).

Mas, durante as chuvas, os afluentes são capazes de subir um metro por dia, possibilitando o acesso às cabeceiras, e depois, com igual rapidez, se cam tornando impossível a descida até de ubá com burro preto. Isto é resultado do declive dos rios, que enchem e esvaziam rapidamente. Sendo nosso tempo limitado e a área de nossa responsabilidade, para levantamento, muito grande, estivemos sempre preocupados de ficar presos nas cabeceiras, esperando chuvas que ainda eram esparsas. Não foi possível subir os afluentes quando queríamos. Não conseguimos subir o Breu na primeira tentativa, e somente o conseguimos depois de esperar chuvas por dois dias. Ainda assim, subimos arrastando a canoa durante várias voltas. Há muito pau cruzado por cima e por dentro dos leitos dos rios. Estes deram bastante trabalho no Breu, e no Bajé. Neste há também pequenas cabeceiras suficientes, porém, para virar nossa canoa. Os rios estavam num complot com a chuva para dificultar nossas subidas, que (com chuva na cabeça mas nenhuma nas cabeceiras dos afluentes) custaram bastante trabalho. E tivemos que aproveitar as chuvas para descer, esses afluentes para não ficarmos presos mesmo quando, do ponto de vista etnográfico e do nosso trabalho para a FUNAI, era desejável ficar um pouco mais de tempo. Na estação das secas o melhor acesso se dá por terra, saindo do Rio Juruá, mas esta também não é uma viagem fácil. O acesso à essas regiões é tão difícil, que no Bajé não tinham visto um padre há oito anos (um sobe o Juruá uma vez por ano). Nunca tinham visto um funcionário de um órgão federal; até os bancos recusam financiar o plantio de seringa, com métodos racionalizados, porque "É longe demais e os técnicos não querem vir até aqui"



(isto dito no Juruá; nem se fala dos afluentes).  
Esses fatos terão que entrar nas cogitações de uma  
ação indigenista na região do Alto Juruá.

2.2.4. A relação com o Governo Federal. Nós tivemos uma  
identidade dupla, tanto como pesquisadores do Mu-  
seu Nacional, quanto como Contratados da FUNAI.  
Ficou evidente que era melhor usar nossa identifi-  
cação com o Museu com a maioria das pessoas no Al-  
to Juruá. As relações com o governo federal são  
tensas: por causa da atuação ativa do INCRA, da  
construção de estradas, e até notícias de uma atua-  
ção crescente e recente da FUNAI. Por outro lado  
havia um consensus geral de que os Índios (chama-  
dos na região "cablocos") estavam precisando de  
uma ajuda, pois estavam em piores condições do que  
os regionais (cuja situação era percebida como  
boa). Uma parte do nosso tempo foi utilizada para  
tratar com as autoridades locais, que foram de al-  
ta importância para que conseguíssemos realizarmos  
o serviço. Não é uma situação fácil a da região  
do Alto Juruá.

Uma atuação indigenista na região será percebi-  
da como justa pelos regionais, enquanto sua pró-  
pria situação não for ameaçada. Tenho a impressão  
de que há forte desconfiança por parte dos donos  
de seringais em Cruzeiro do Sul, semelhante àquela  
descrita no relatório da Viagem Realizada às Áreas  
Indígenas do Município de Cruzeiro do Sul, 1977.  
Permanecendo poucos dias em Cruzeiro do Sul, pude-  
mos conhecer melhor as opiniões dos regionais.

3. Kaxinaua dos Rios Breu e Caipora

Os dados de que dispomos sobre os Kaxinaua do Rio  
Breu foram colhidos em condições difíceis: além de não se  
poder ficar muito tempo por causa de ter que aproveitar um  
repiquete para descer o Breu, houve uma certa fiscalização  
por parte dos Brancos - tanto dos regionais quanto do pró-  
prio encarregado do Seringal. Por falta de água no Breu, não  
subimos para todas as colocações, assim a maioria de nossos  
dados vem das primeiras três colocações onde nosso principal  
informante foi o "líder" Lealzinho.

### 3.1. Histórico

9

Sem dúvida houve uma ocupação na região do Breu antes do início da exploração. Mas estes ou se afastaram ou foram exterminados. O grupo de Kaxinaua, atualmente morando no rio, veio da região do Rio Jordão na década de 1930 ou 1940: liderado pelo pai de Lealzinho. Foram para o seringal Jacobina (há varadouro entre o Breu e o Jordão, nas cabeceiras) onde começaram a cortar seringa. Eles ainda cortam seringa, casam em geral dentro do grupo, e poucos saem do seringal a não ser para trabalhar no seringal vizinho do rio Caipora.

Há contato entre os Kaxinaua do Rio Jordão e os do Breu e Caipora. Duas moças estão casadas com Kaxinaua do Jordão. Eles sabiam da existência da FUNAI e ouviram falar de Terri do Vale que tinha feito um trabalho mais prolongado entre eles. Há poucos casamentos com regionais, os filhos são criados falando Kaxinaua, e Leal expressou o desejo de poder morar numa área sem regionais, somente com o seu pessoal. Ele diz que os Kaxinaua não querem se espalhar pelo mundo como os brasileiros regionais: querem morar com os seus cunhados. Queria morar também onde o patão é bom, um ponto ao qual voltaremos abaixo.

Há uma família que apresenta casamento fora do grupo, embora isto não seja frequente. (vide diagrama número , a primeira família de cima). Das cinco irmãs, uma casou com um regional e mora no rio Juruá. Desde o casamento nunca mais visitou os seus parentes Kaxinaua; estes ouviram dizer que ela tem oito filhos, mas desconhecem os nomes destes. Outras duas irmãs estão solteiras, e "andam no Peru e em Cruzeiro do Sul". Presumimos que se trate de prostitutas.

O grupo Kaxinaua do Breu é, então, um grupo cuja identidade como grupo está bastante firme. Há 16 famílias em 16 casas, com uma população total de 90 indivíduos.

A população do grupo está crescendo com rapidez, embora não receba nenhuma assistência médica.

### 3.2. Situação atual: Relações com outros Grupos na Região

Atualmente os Kaxinaua do Breu moram num seringal, e dependem de corte de seringa para obter mantimentos considerados essenciais. No seringal não há nenhuma escola,



10  
não existe assistência médica além de alguns remédios es-  
tocados no barracão; geralmente não são os medicamentos  
que precisam. Eles se sentem ameaçados de expulsão, e  
vêm certos conflitos existentes entre eles e os regio-  
nais como parte de um plano da "dona" do seringal para  
expulsá-los.

### 3.2.1. Relações com outros grupos indígenas

Os Kaxinaua do Breu visitam e recebem visitas  
dos Kaxinaua do rio Jordão, com quem tem dois casa-  
mentos. Sabem da existência do grupo Arara-Jaminaua  
do rio Bajê, mas dizem não entender a língua que eles  
falam. Não tem relações muito fortes com os Kampa.  
Admiram os Kampa por serem independentes do patrão,  
mas não tem muito a ver com eles.

### 3.2.2. Relações com Regionais:

Os Kaxinaua preferem morar nas colocações sozi-  
nhos, mas recentemente, no caso de Leal, duas famí-  
lias de regionais foram instaladas na mesma coloca-  
ção e o número das suas estradas foi reduzido à meta-  
de: em vez de quatro estradas cada família tem somen-  
te dois. Além disso, os regionais criam gado leitei-  
ro. Este gado está destruindo regularmente as planta-  
ções de banana e também as roças dos Kaxinaua. o pro-  
blema foi levantado junto ao encarregado que diz que  
os Kaxinaua devem resolver isto com os regionais  
nas colocações, pois ele, encarregado, não podia fa-  
zer nada. Quando levantamos o caso junto à "dona" do  
seringal esta nos disse que os Kaxinaua deve pedir  
restituição, mas nada fez para resolver a questão ti-  
rando os donos do gado das colocações onde estão os  
Kaxinaua. Na colocação de Lealzinho, Transval, do  
lado brasileiro, havia quatro casas: duas de Kaxinaua  
e duas dos regionais. As relações eram aparentemente  
amigáveis mas aos poucos surgiram tensões bastante  
claras entre eles.

### 3.2.3. Relações com os Patrões

Não vamos elaborar a natureza do seringal e do  
sistema de barracão.

Há uma bibliografia crescente sobre o fenômeno.  
Funciona no Breu com eficiência completa: não há on-  
de vender seringa ou comprar mercadorias fora do  
barracão. Regatões e Marreteiros não podem

subir o rio, e os seringueiros não podem .11  
descer para o Juruá, sem autorização do encarrega-  
do. Os Kaxinaua e os regionais também se queixaram  
da falta de mercadoria no barracão. De fato, quando  
estivemos lá havia apenas duas prateleiras de caixas  
de fósforos, uma caixa de sal, um baú, depósito  
de farinha, e algumas giletes. Nada mais. Pano, remédios,  
pilhas, óleo, querosene, gasolina e todo o resto  
estava em falta há muito tempo.

Além das queixas sobre a falta de mercadoria, e o fato de trabalharem o ano inteiro sem poder comprar o que precisava, os regionais disseram que os Kaxinaua eram enganados pelo encarregado e pelo patrão. Constatei um "erro" onde três livros de papelim davam entrada como Cr\$ 60,00 em vez de Cr\$6,00, numa das listas de compras que me foram mostradas. Mas vimos poucas listas e somente podemos constatar a opinião geral dos regionais, segundo o qual patrões "tiram mais o couro dos índios" do que dos outros.

O poder do patrão é absoluta: Quando apareceu o encarregado Lealzinho se fechou completamente e não falou mais conosco. De fato, a conversa mais livre ocorreu, descendo o rio, numa ubá. Encobertos por um motor barulhento ele e Arno Vogel conversaram na proa. Aí, pela única vez, estava livre de fiscalização dos brancos e se abriu.

O encarregado está no Jacobina há dois anos. A pessoa que tem mais continuidade na gestão do seringal e a ex-dona do mesmo e atualmente sua arrendatária (manager) Ernestina. Ela é, de acordo com as autoridades da região "a mãe de todo mundo no Breu". Sem mais comentários, noto que a visão desta mãe pelos seringueiros não é destituída de ambiguidade. Ela tem a decisão final em tudo, mas pouco aparece em Jacobina: durante dois anos apareceu só uma vez. Mora na boca do Breu, e em Cruzeiro do Sul. Há algum tempo o seringal foi vendido para Abidou Karim Alimrim, residente em Cruzeiro do Sul, deputado estadual da legislatura corrente, segundo fomos informados.

#### 3.2.4. Relações com Instituições Religiosas

Os Kaxinaua do Breu não tem assistência por par



te de instituições religiosas. Uma vez por ano, quando as condições o permitem, um padre o seringal e faz casamentos e batismos. Os Kaxinaua também foram visitados há dois ou três anos atrás por um missionário que falava a sua língua e que prometeu fundar uma escola e construir uma igreja no seringal. Ficaram muito felizes com isto, mas o missionário jamais voltou e os Kaxinaua não acreditam muito em promessas de assistência, depois deste episódio. Nós evitamos fazer tais tipos de promessas em nossa viagem.

### 3.3. Composição Familiar

Os Kaxinaua moram em casas que reúnem um casal com com os seus filhos, filhos de certos parentes, filhos de criação, e de vez em quando, um sogro ou sogra dependente. Moram, frequentemente, em grupos que consistem de casas de cunhados. Há umas 16 casas, e a constituição destas pode ser vista no anexo 1. Uma genealogia parcial está apresentado nas páginas seguintes. Não foi possível completá-la, mas dá uma idéia das relações dentro do grupo.

### 3.4. Informação Social e Cultural

Não foi possível fazer investigações maiores nessa área. Podemos constatar que a liderança passou de pai para filho, e de irmão para irmão. O poder do líder, presumimos, é bastante fraco, como na Amazonia em geral. Lealzinho não parece ser o representante dos patrões junto ao grupo, mas um representante do próprio grupo.

Em termos da vida cultural, dizem não praticar mais as festas Kaxinaua. Quando fazem festa é forró regional. Elaboram Caxiri para essas festas, e para consumo da família. Lealzinho disse que desde a sua infância não se fazem mais festas Kaxinaua.

As casas dos Kaxinaua que vimos eram semelhante às dos regionais, com uma importante exceção: na casa do Lealzinho também se cozinhava na varanda dianteira. Neste caso, a divisão entre a área das mulheres e a área dos homens aparece menos rígida, de maneira que as mulheres e crianças participavam das conversas dos homens mais do que em casas de regionais.

Vimos muito pouco artesanato, além de panelas de barro usadas para preparar caisuma. Tecem redes, mas em estilo regional. Não há sinais de pintura corporal ou ornamentação especial.

Queríamos salientar que a ausência desses traços visíveis não indica a ausência de uma cultura Kaxinaua distinta. Os comentários de Lealzinho que eles não são como os regionais que se espalham pelo mundo, mas querem morar com os seus cunhados (como ele mora), a endogamia geral do grupo, a persistência da sua língua, o fato de ter um fogão na frente da casa, e outras coisas além destas indicam que se mantém uma identidade cultural. Apenas esta identidade tem que ser aferida de maneira diferente da que se usa no caso dos grupos com pouco contato. Isto indica, também, que os Kaxinaua não tenderão a produzir uma grande quantidade de artesanato. Vimos a melhor maneira de se conservarem como grupo, na oportunidade de participarem da sua própria vida econômica, provavelmente em projetos de agricultura, em terras próprias, tomando as decisões sobre a própria atuação. Enfim, num projeto de "desenvolvimento comunitário" do tipo que exige a participação dos grupos envolvidos, ao contrário daqueles que são imposto de cima e nos quais a FUNAI se transforma num patrão tão arbitrário e ausente quanto os donos dos seringais.

3.5. Atividades Econômicas

Os Kaxinaua cortam seringa, que trocam a crédito no barracão onde compram mercadoria. Duas exceções disto são Jorge da Silva e Adniro da Silva, que trabalham como diaristas para o seringal. Além disto plantam roças de tamanho variável. Cada família planta suas próprias roças mas com uma divisão dos produtos entre parentes em casos de necessidade. A roça de Lealzinho, por exemplo, rendeu 400 paneiros de farinha. Plantam também arroz, milho, muita banana, e murubim. Esses são para consumo familiar, porque não há mercado para eses itens na região. A cidade mais próxima, Cruzeiro do Sul, fica a cinco dias de barco-a-motor descendo, e mais 7 1/2 voltando: numa viagem ideal.

A proteína vem da caça, relativamente abundante, de ovos de galinha e da pescaria na estação da seca. Eles caçam com armas de fogo, e pescam com linha e anzol e um tipo de fisga com que pegam peixe no leito do rio.



Apesar de ser considerado contrabando, todos os regionais curam couros de caça e os vendem. A caça mais comum é veado, porco do mato e anta; não costumam caçar aves porque a munição é cara. Não há criação de porcos ou gado por parte dos Kaxinaua, que reclamam dos danos que o gado dos regionais fazem nas suas plantações.

A região é também dotada em madeira de lei, que eles cortam de vez em quando. No rio Breu são os Kampa que mais se dedicam ao corte de madeira.

### 3.6. Situação Sanitária

Não há assistência médica nem programa de vacinação. As piores doenças registradas são sarampo, maleita e disenteria. Não vimos sinais de desnutrição ou de lepra. A água do rio é relativamente pura, não há criação de gado em escala maior. Precisam, no mínimo, de vacinação e pedem da FUNAI uma assistência médica.

### 3.7 Situação Educacional

Não há escola no seringal. Os Kaxinaua disseram que queriam uma escola para poder evitar as fraudes contábeis dos patrões.

### 3.8. Sugestões para uma política indigenista em relação aos Kaxinaua do rio Breu

De acordo com a nossa posição na introdução deste relatório segundo o qual uma área demarcada sem um projeto econômico que possibilite a obtenção de mercadoria pelos índios não teria a menor utilidade. Sugerimos a seguinte ação:

3.8.1. Começar um programa de vacinações. Este pode ser feito através de um convênio com o Projeto Rondon em Cruzeiro do Sul.

3.8.2. Começar uma fiscalização do seringal para evitar que os Kaxinaua sejam expulsos das más colocações. Isto é importante, porque havia, antes da nossa chegada, tensões entre os Kaxinaua, os regionais, e os patrões. Agora, com a atuação da FUNAI no Acre, estes podem levar suas pressões ao extremo, com relação aos Kaxinaua do Breu.

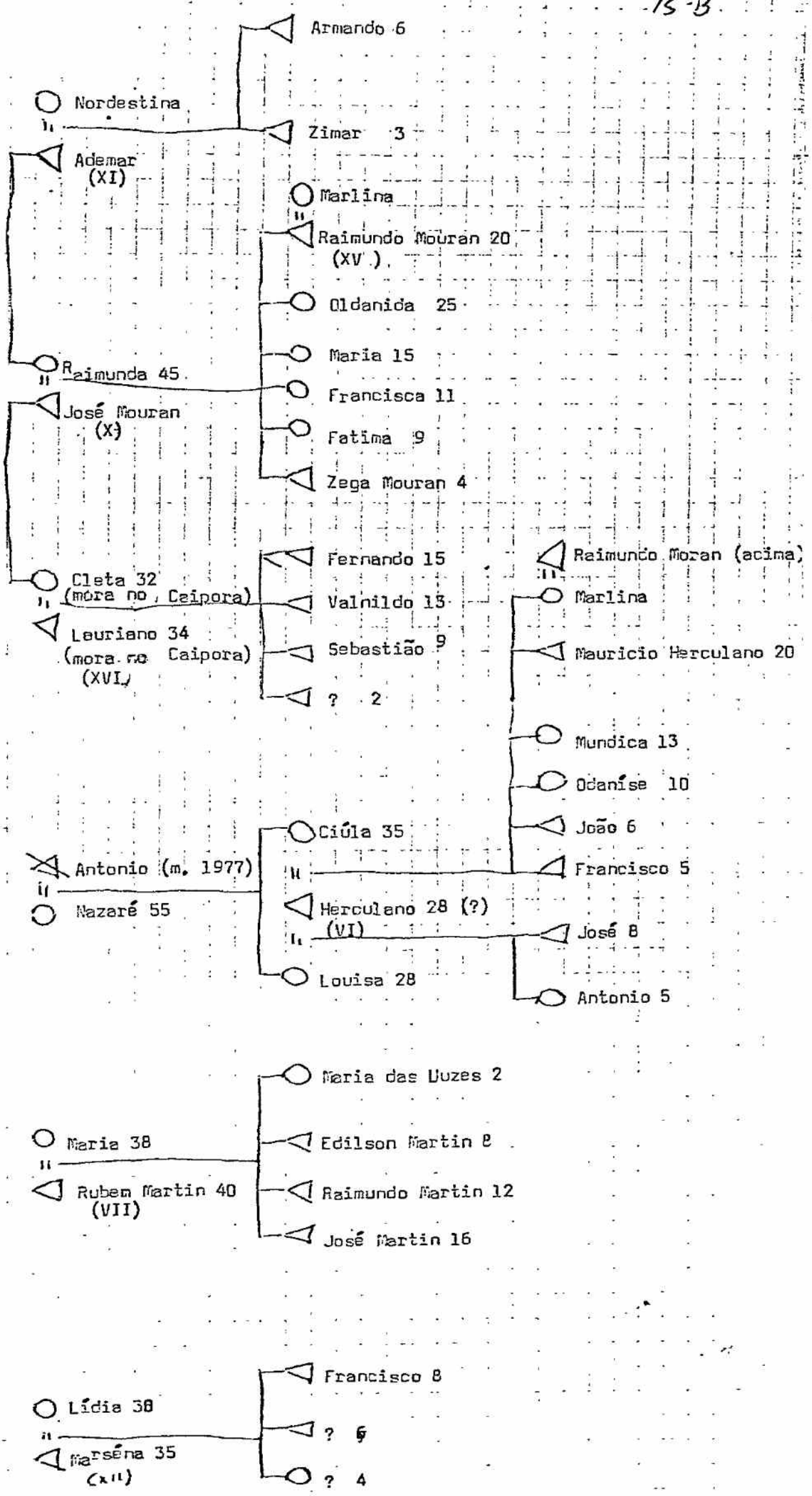
- 3.8.3. Começar no rio Jordão, uma política indigenista ativa, com a demarcação das terras sugeridas nos relatórios já existentes sobre a região. O acesso ao alto rio Jordão é muito mais fácil do que ao alto rio Breu, e lá existe uma população indígena bastante grande com poucos regionais (ver os relatórios do Terri de à DGPC sobre esta região).
- 3.8.4. Oferecer aos Kaxinaua do Breu a possibilidade de se mudarem para o Jordão uma vez demarcadas as terras e iniciados os projetos. Deve-se facilitar esta opção, pagando as dívidas ao patrão. Não se deve, entretanto, transferir este grupo para uma outra região por simples decisão executiva. Os índios do Acre são bastante móveis: se percebem que as opções são melhores na área demarcada, irão para lá. Caso contrário devem ter a possibilidade de continuar morando onde estão.
- 3.8.5. Justificativa para esta linha de ação.

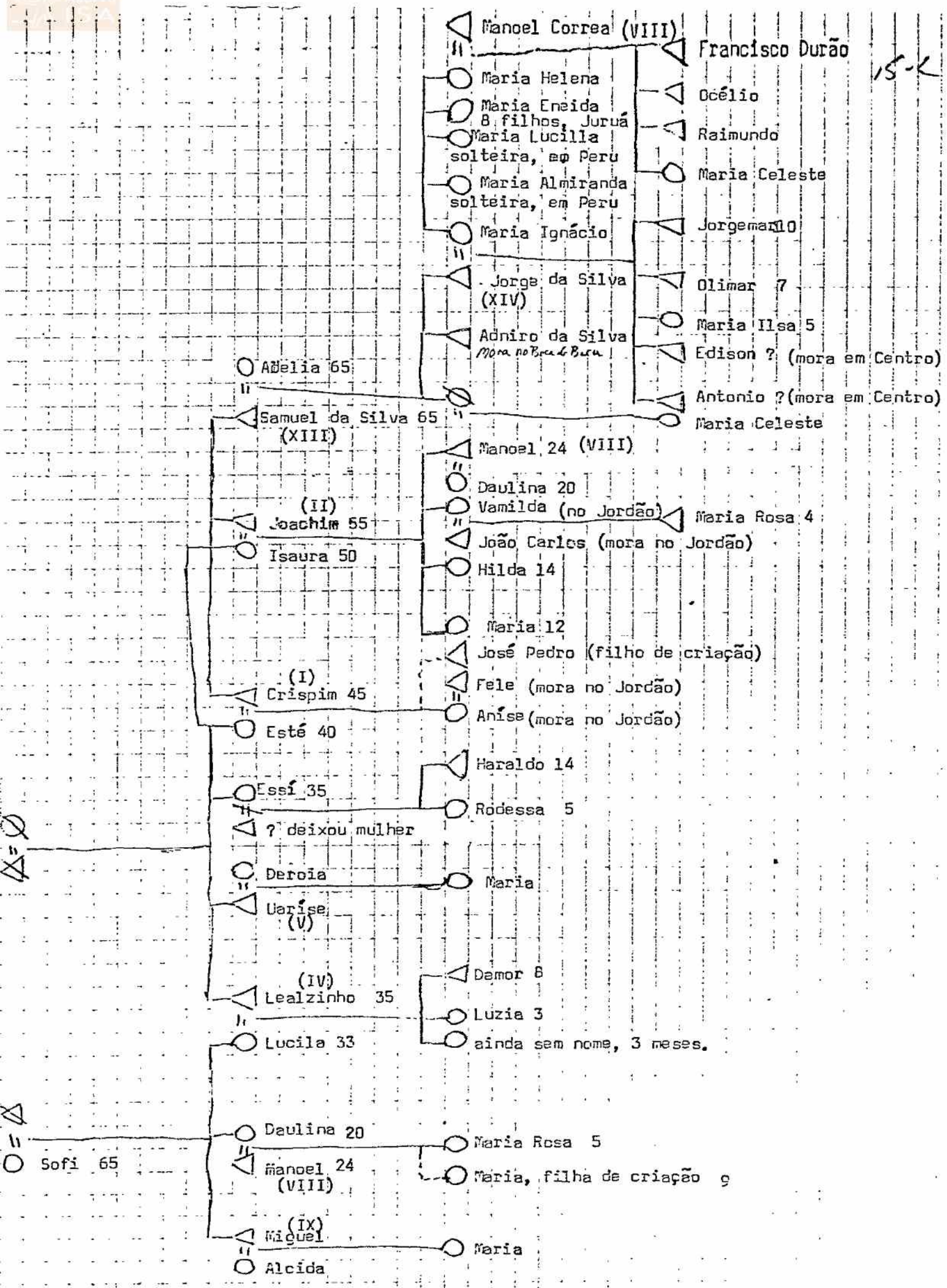
a

Os Kaxinaua do Breu são uma população relativamente pequena numa área densamente povoada pelos regionais. Seria difícil estabelecer ali uma reserva com posto indígena e pessoal qualificado, pelo menos até a conclusão da estrada planejada. Lealzinho diz que ele queria morar num lugar sem regionais, com seu pessoal, afirma que, embora os Kaxinaua não briguem entre si, não gostaria de morar junto deles. Diz que havendo uma área separada mudariam para o Jordão. A área pleiteada para os Kaxinaua é suficientemente grande para abranger este grupo também.

Neste caso, sendo o grupo originário do rio Jordão, e havendo laços de casamento com esta região, e uma vez que aceita a possibilidade de mudança, achamos que faz muito mais sentido montar um projeto, bem equipado e com pessoal qualificado, numa área do rio Jordão.









Um grupo de descendentes de dois grupos distintos se acha, atualmente, espalhado pelas cabeceiras dos rios Tejo, Bajê, e Humaitá (Riozinho do Vale) com algumas famílias Juruá-Mirim. A dificuldade de acesso dessas cabeceiras impossibilitou visitas a todas as colocações. As informações obtidas dos regionais, no Rio Juruá, indicava que todos esses índios espalhados eram fragmentos de um único grupo chefiado por um índio chamado Crispim. Por este motivo resolvi subir o rio Bajê para visitar o grupo de Crispim, enquanto Arno Vogel subiu o Amônia para levantar grupos indígenas deste rio. O Bajê é um rio pior do que o Breu; mais estreito, mais difícil de subir, e o grupo de Crispim era acessível somente por terra do depósito Seringueirinha. Vários regionais comentaram com uma certa satisfação que para subir o rio Bajê e chegar aos índios eu teria que enfrentar todos os tipos de pragas imagináveis. O que deveria ter sido um dia longo de viagem foi um dia e meio porque o barco virou numa cachoeira, e foi necessário cortar muitas árvores caídas. O grupo do Crispim fica a umas oito horas, a pé, do depósito da borracha Seringueirinha, no alto Bajê, na colocação Bananal, ao braço direito do Bajê. Choveu na ida e o caminho estava alagado na volta.

Uma vez lá, encontrei Crispim. Crispim é famoso na região por ser filho de criação de um Coronel de Barranco, Absolom Moreira. Ele foi criado em Manaus e no Rio de Janeiro, voltando eventualmente para a região da sua origem onde se casou com umas 10 mulheres (não todas de uma vez). E além de ser chefe de um grupo ele é curandeiro das populações regionais. "O único médico do alto Juruá" várias pessoas disseram. Além de curar, ele tem fama de ter matado pessoas, tanto a faca e bala, quanto com magia. Quando chegamos na colocação dele, lá estava uma mulher com uma filha doente, para que Crispim fizesse orações sobre essa filha. Crispim é uma figura central deste relatório sobre os Jamináua-Arara. Em parte, porque muita informação vem dele. Mas também porque o grupo que fica no Seringal Bajê permanece lá porque Crispim se recusa a mudar para uma outra área onde -- todo mundo concorda -- o patrão é um pouco melhor. Crispim está agora velho e muito fraco, além de completamente surdo. Muita informação foi fornecida por uma nora do Crispim, Maria, e de um Arara, João, que mora também na colocação.

Mais uma vez é importante salientar que não estou satisfeito com os dados que consegui no tempo que passei com Crispim, mas a água estava subindo, rapidamente, e era necessária a nossa



saída (antes de ficarmos ilhados no Bananal), aproveitando a água para descer. Várias pessoas recomendaram vir na época da seca, quando pelo menos é possível caminhar.

1. Histórico da Aldeia (do grupo agora espalhado).

Há indicações de que o grupo Jaminãua subiu o Riozinho da Liberdade e chegou a região do Bajé e cabeceiras do Tejo. Crispim sustenta que a região sempre foi dos índios Arara, os quais tiveram muitas malocas lá. Ele diz que durante muito tempo os grupos indígenas brigaram entre si, e que sobreviveram apenas duas malocas. Numa epidemia de sarampo uma das malocas foi quase exterminada. Os remanescentes foram para o rio Juruá-Mirim. Da outra maloca, também Arara, os que sobreviveram ficaram na região. Em 1966 as famílias que hoje se acham no Tejo e riozinho Humaitá - (Cruzeiro do Vale) estavam todas morando juntas na Colocação Monte Alegre. Depois desta data começaram a se espalhar. Os índios que restaram estão lá porque Crispim se recusa deixar a região. Eles dizem que o patrão é muito duro, ameaça-os com a polícia maltrata-os, e diz que gostaria que todos os índios morressem logo. Obviamente, o encarregado Francisco Praxedes Bessa, não disse isto a mim. Mas salientou que ele trabalhava para faturar nas colocações, e que muitas pessoas não trabalhavam. Se Crispim morrer, é provável que os sobreviventes deixem a área. Mas foi várias vezes dito para mim que todas as pessoas morando longe nasceram no Bajé, e querem morar no Bajé.

2. Situação atual

Tipo de assistência. Não há escola no seringal; não há nenhum tipo de assistência médica. Para comprar remédios eles tem que ir a Seringueirinha ou comprar fora do seringal - os varadouros entre todos os rios da região (perto de onde eles estão) facilitam este tipo de comércio, e esta é uma das razões por que o patrão fica "brabo". Crispim tentou registrar-se no FUNRURAL, mas não tem condições de ir para Cruzeiro do Sul e recolher o seu pagamento. É difícil sair do alto Bajé, e ele está bastante fraco. Os homens do grupo cortam seringa, e compram no barracão do depósito de borracha (Seringueirinha). Um regional diz que os índios estão piores do que os outros; "os filhos andam nus porque não tem pano. Estão sem assistência nenhuma. Estão pior do que a gente." O grupo não tem uma identificação forte, há muitos casamentos interétnicos, e os filhos não aprendem a língua indígena.

2.1. Relações com outros grupos indígenas

Não visitam muito outros grupos indígenas. Quan



do Crispim era mais jovem, visitou os Kaxinaua do Jordão, levando membros da sua família. Mas recentemente este contato foi perdido. Mantém contato com seus parentes, e há muitas visitas entre os grupos. Não conhecem outros grupos do Juruá. Dentro do grupo existem certos conflitos: é difícil saber porque estão em três seringais diferentes. Uma informante disse que se davam melhor com os regionais do que entre si - mas era nora do Crispim e existem conflitos sobre a alocação de recursos dentro dessa família. Mas a natureza do conflito é desconhecido. Um Arara afirmou que todos morariam juntos numa gleba de terra, se a tivessem. Mas não havia o mesmo tipo de identificação étnica dos Kaxinaua. Também este "grupo" que descrevo é o resultado de casamentos entre Jaminaua e Arara (e Crispim é Kaxinaua). Eles falam (entre si) somente uma língua. A própria natureza da formação do grupo talvez tenha sido um dos mecanismos responsáveis pela sua desintegração.

Preciso salientar que é sempre possível que, com uma reserva demarcada, criassem uma identidade em torno da sua identificação com uma área. Esta possibilidade tem que ser considerada na implementação de uma política indigenista.

2.2. Relações com regionais

As relações com regionais são aparentemente boas. Crispim casou com três regionais, e vários dos seus filhos, filhas, e parentes também casaram, assim curou muitas pessoas que moram na região, por isso é respeitado. Havia vários regionais lá quando chegamos: uma mulher com a filha doente, duas filhas adolescentes, o namorado de uma delas, e o encarregado do seringal vizinho, Divisão. Quando nós nos preparávamos pra sair, chegou um outro regional, de visita. Se há conflitos, estes ocorrem por causa de comida: os índios (disse um regional) escondem sua comida dos visitantes e comem no escuro. Com o movimento que eu vi lá, isto é inteligível. Agora que se espalharam os índios estão em minoria no seringal. Há 38 pessoas no livro de Seringueirinha dos quais não mais de quatro são índios. Por outro lado, disseram que muitas colocações estão vazias, porque ninguém quer morar nos centros.

2.3. Relações com os Patrões

As relações com Francisco Praxedes Bessa estão péssimas. Contam que Crispim voltou de Cruzeiro do Sul, depois de muito tempo doente, e que Francisco se recusou a levar Crispim de

volta. Nesta ocasião teria dito que gostaria que todos morressem. Finalmente, dizem os índios e os regionais, a mulher do Sr. Francisco convenceu seu marido a dar transporte. Logo depois Sr. Francisco insistiu que os índios do Bananal matassem a única vaca que tinham e, conseqüentemente, ficaram sem criação bovina. A pressão sobre os moradores é bastante grande. Como um regional diz "certas pessoas vem aqui para ficar ricas, mas saem somente com um calção, nada mais. E vem com chapéu, camisa, e tudo. Saem com calção e nem chinela." Minha visita ao grupo foi um pouco dificultada porque o encarregado de Seringueirinha foi meu guia para chegar ao Bananal. Foi bastante sensível, porém respeitando meu trabalho, e não insistiu em ficar por perto. Nisso ele foi diferente de encarregado e regionais do Breu.

2.4. Relações com instituições religiosas

Não há assistência por parte de nenhuma instituição religiosa. Faz muitos anos que não aparece um padre no Baje, e há uma certa preocupação porque todos os filhos são pagãos, e quase ninguém é formalmente casado - uma distinção que foi rigidamente feita pelos meus informantes (entre "casados" e "juntos").

3. Composição Familiar

A composição de cada casa, enquanto foi possível conhecê-la, aparece no anexo 2. A população das famílias levantadas, excluindo espócos regionais (Cariú) mas incluindo filhos dessas uniões, é de 15 pessoas. O Diagrama através de idade está apresentado abaixo, mas as idades são aproximações pois não vi a maior das pessoas. É possível que haja também algum índio viúvo morando com filhos de criação, mas acredito que este levantamento esteja já bastante correto. A população é jovem e está crescendo rapidamente.

A população Janinaua-Arara

Idade em anos	Masculino	Feminino	Total
60 a mais	03		05
50 a 59	04	03	07
40 a 49	01	03	04
30 a 39	07	09	16
20 a 29	12	09	21
10 a 19	17	22	39
0 a 09	29	31	60
TOTAL	73	79	152



Moram em casas típicas da região, quanto à forma de construção. Cada casa abrange em média um casal, seus filhos, filhos de criação, e filhos de certos parentes. Na colocação Bananal, das três casas que formam uma unidade (vide diagrama) somente a de Crispim tinha varanda, e era ali que se realizava todas as reuniões. As outras casas eram fechadas na frente, e abertas atrás. A vida comunitária do Bananal estava centrada na casa do Crispim.

#### 4. Informação social e cultural

Os dados de que disponho são mínimos quanto a este assunto. Não foi possível investigar a estrutura de uma comunidade tão dispersa sem ter muito mais tempo à minha disposição. Ficou claro que a figura que manteve o grupo coeso, embora (talvez) também se ja parcialmente responsável para sua desintegração foi Crispim. Depois de Crispim, a autoridade parece reverter para a autoridade doméstica de cada família. Em termos de religião, vários são nominalmente Cristãos e não participam de festas originais dos grupos. Além de Crispim e talvez Pedro, não tomam ayhuasca. Os jovens dizem que não falam a língua indígena, mas a entendem.

O que não vi, mas procurei rapidamente descobrir foi o que identifica o grupo. Como não é uma língua, nem uma identidade étnica, apoiada numa endogamia, nem num sistema religioso, é difícil achar. No momento os laços entre as pessoas que moram no Bajé e os outros representados com laços de parentesco. O próprio Crispim diz que foi criado por Absolom Moreira, e não conhecia uma língua indígena até voltar e casar. Ele não era portanto, um representante de uma tradição mais antiga, mas outro tipo de pessoa. A situação me parece complexa do ponto de vista acadêmica, e não queria dar palpites no escuro.

Como não foi possível estabelecer de que consta o grupo levantado, devo pelo menos mencionar que eles são identificados - como falantes de uma língua desconhecida pelos regionais - que (os regionais o percebem) eles usam com uma arma de defesa. Tem fama de comer coisas "esquisitas" como rã, sapo, e também por falta de higiene na cozinha. Há então, uma percepção dos índios Arara-Jaminaua como sendo diferentes, e os filhos destes com regionais são também considerados "cablocos".

#### 5. Atividades Econômicas

Os Arara-Jaminaua cortam seringa que trocam a crédito no barracão, onde compram mercadoria. Eles também "tiram fora" uma quantidade de seringa que vendem em troca de mercadorias impossíveis de obter no barracão. Reclamam que o patrão é muito ruim, e dizem que sairiam se não fosse o Crispim que recusa sair. Plantam



roças de mandioca, milho, banana, cana e outras coisas em pequena quantidade. Essas roças são para consumo local - não há mercado para a venda de produtos de roça.

A proteína vem da caça, relativamente abundante nos "centros" de ovos de galinha e de galinhas. A caça mais comum era via do, porco do mato e anta. Quando nós estivemos lá havia pouca galinha, todas brotinhas. Não havia porcos. A vaca que tinham foi abatida por ordem do patrão (como me informaram). Em geral, em termos de criação a colocação Bananal era mais pobre do que as colocações dos regionais.

Processavam mandioca, para fazer farinha, numa casa de farinha comum que se localizava no centro do povoado.

A região tem madeira de lei, mas é muito difícil extraí-la, por causa do pequeno porte dos igarapés e do próprio Bajé, só tornando viável, provavelmente, quando houver estradas para caminhões.

Devo assinalar que o equipamento de caça era do mais velho possível e imaginável. As roupas estavam rasgadas, e tudo indica que as reivindicações contra o patrão tinham alguma razão: estavam em condições materiais piores do que as outras pessoas que vi no Acre - que não estão muito bem em geral.

#### 6. Situação Sanitária

Não há assistência médica, nem programa de vacinação. A Campanha para Erradicação da Malária visita as casas de vez em quando. Não vi sinais óbvios de desnutrição, nem de lepra. O sarampo continua matando muitas pessoas na região, e as outras doenças incluem malária e disenteria. Precisam urgentemente de um esquema de vacinação. Reclamam da falta de remédios; dizem que estão sendo abandonados à morte.

#### 7. Situação Educacional

Não há escola no seringal, nem no Tejo. Na idade de ouro da seringa havia uma. Crispim representou o grupo durante muito tempo, pois frequentou a escola no Rio de Janeiro; lê com facilidade e escreve. Mas acho que não ensinou nada a ninguém.

#### 8. Sugestões para uma política indigenista em relação aos Arara-Jaminaua do Rio Bajé, e rios Tejo, Nilo e Rio Branco

Em reconhecimento a demanda muitas vezes repetida de que a terra do Bajé é terra dos Arara, e que todos os membros do grupo, agora espalhados, nasceram nessa terra, é necessário respeitar essa solicitação e propor uma reserva para o grupo Jaminaua-Arara. Posso



dizer que acho difícil uma assistência efetiva na área até a construção de uma estrada, e insisto que uma mera demarcação sem um projeto de desenvolvimento comunitário (dando iniciativa aos próprios índios) é inútil. É possível que esses grupos sejam realocados numa reserva Jaminaua já proposta no relatório do DGPC de 1977, mas somente depois da morte do Crispim. Também dependeria de haver uma vantagem econômica nesta mudança. O rio Juruá-Mirim parece mais navegável do que o Bajé, mas o alto Bajé tem varadouro para todos os outros rios. A política de terras no Município de Cruzeiro do Sul poderia investigar com mais cuidado, uma vez demarcadas as terras, que tipo de projeto se poderia fazer em que lugar. A reserva proposta está indicado no anexo 4. Além do estabelecimento de uma reserva sugerimos o seguinte:

7.1. Deve começar imediatamente um programa de vacinacões. Este pode ser feito através de um convênio com o Projeto - Rondon de Cruzeiro do Sul.

7.2. Começar uma fiscalização do seringal para evitar que os Arara-Jaminaua sejam expulsos.

7.3. Pleitear uma reserva, e demarcá-la com a máxima urgência na região. Se isto não for possível, demarcar a reserva dos Jaminaua no Juruá-Mirim e começar um projeto, oferecendo aos índios a oportunidade de se deslocarem para aquela região. Não devem ser deslocados por simples decisão executiva, e devem ter o direito de continuar no seringal - sem sofrer pressão do seringalista.

Informação sobre a posse de Terras:

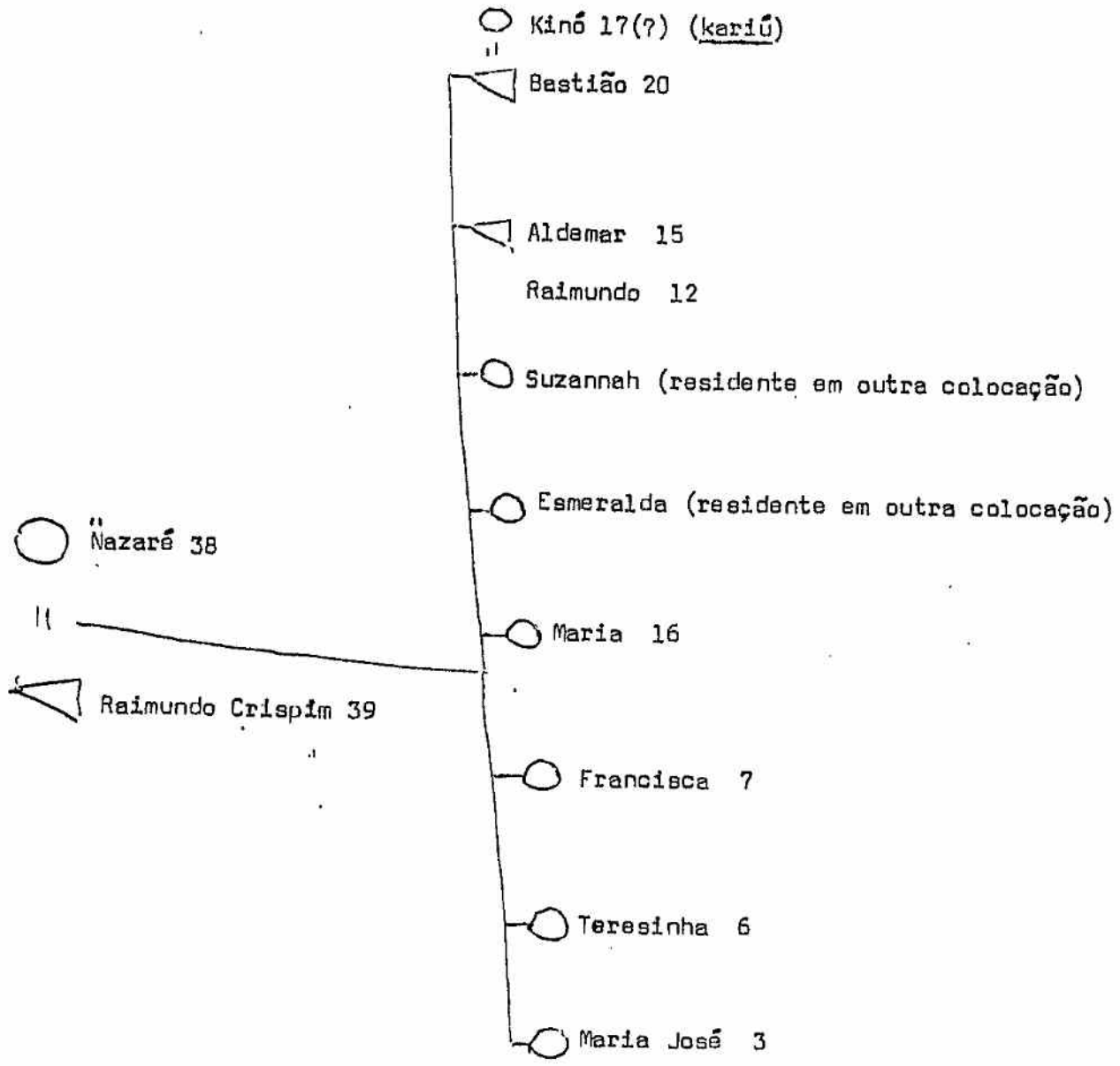
Seringal Baje, Santana Empreendimentos Agropastoria S.A.  
Alameda dos Santos 1.893, 11º andar  
São Paulo, S.P.  
ÁREA: 99.449.150 m<sup>2</sup>

Seringa Divisão Francisco Braga Montenegro  
Reside no Ceará 20 estradas, 3 colocações  
Encarregado

22-A

23

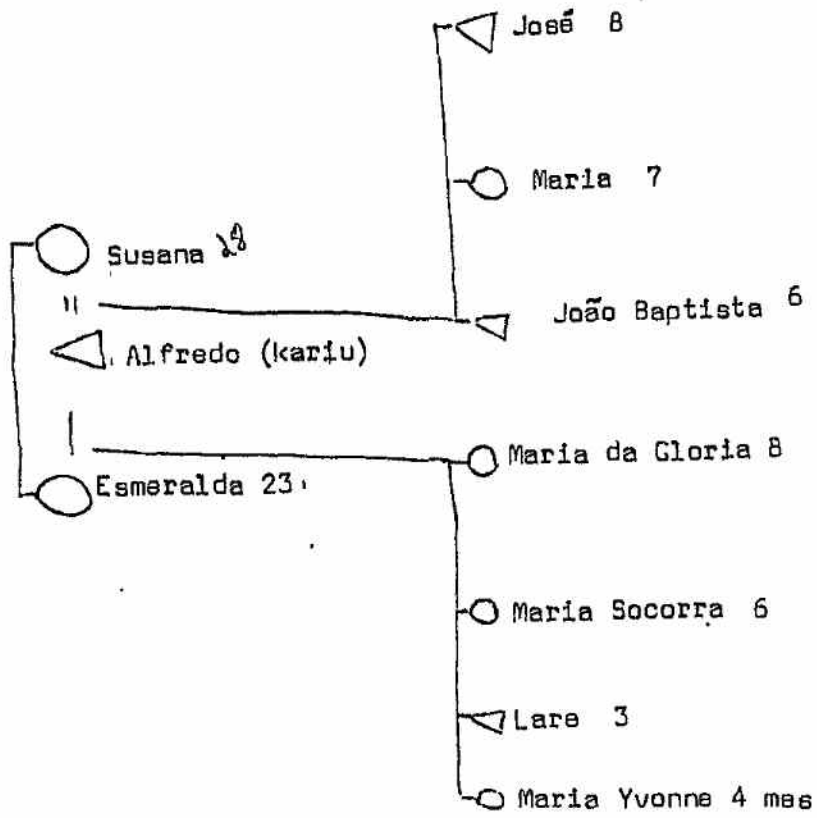
SERINGAL RESTAURAÇÃO  
COLOCAÇÃO VIENA





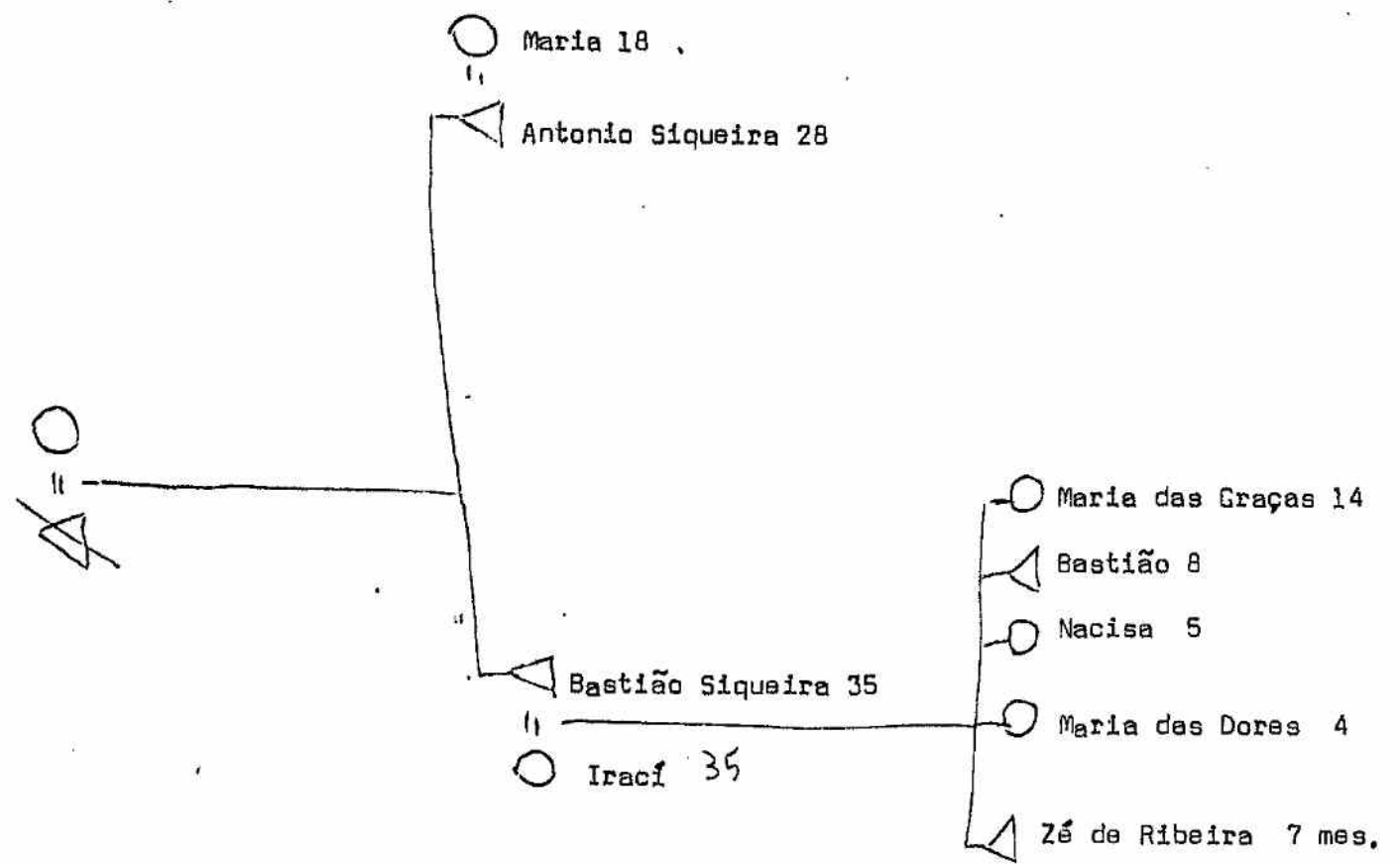
SERINGAL RESTAURAÇÃO  
COLOCAÇÃO ESTADO

22-3



SERINCAL RESTAURAÇÃO  
COLDOCAÇÃO CALIFORNIA

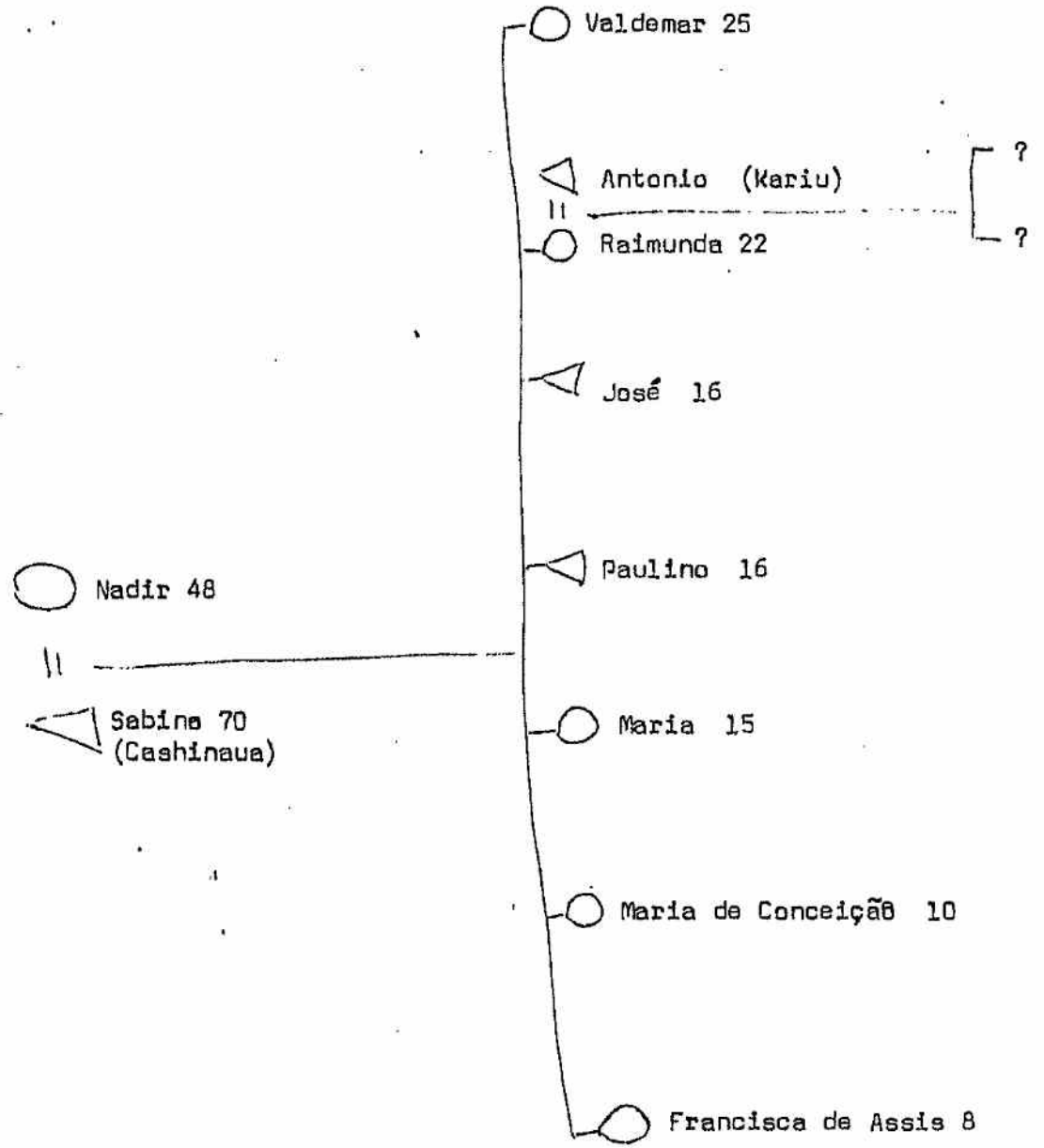
22-C



25



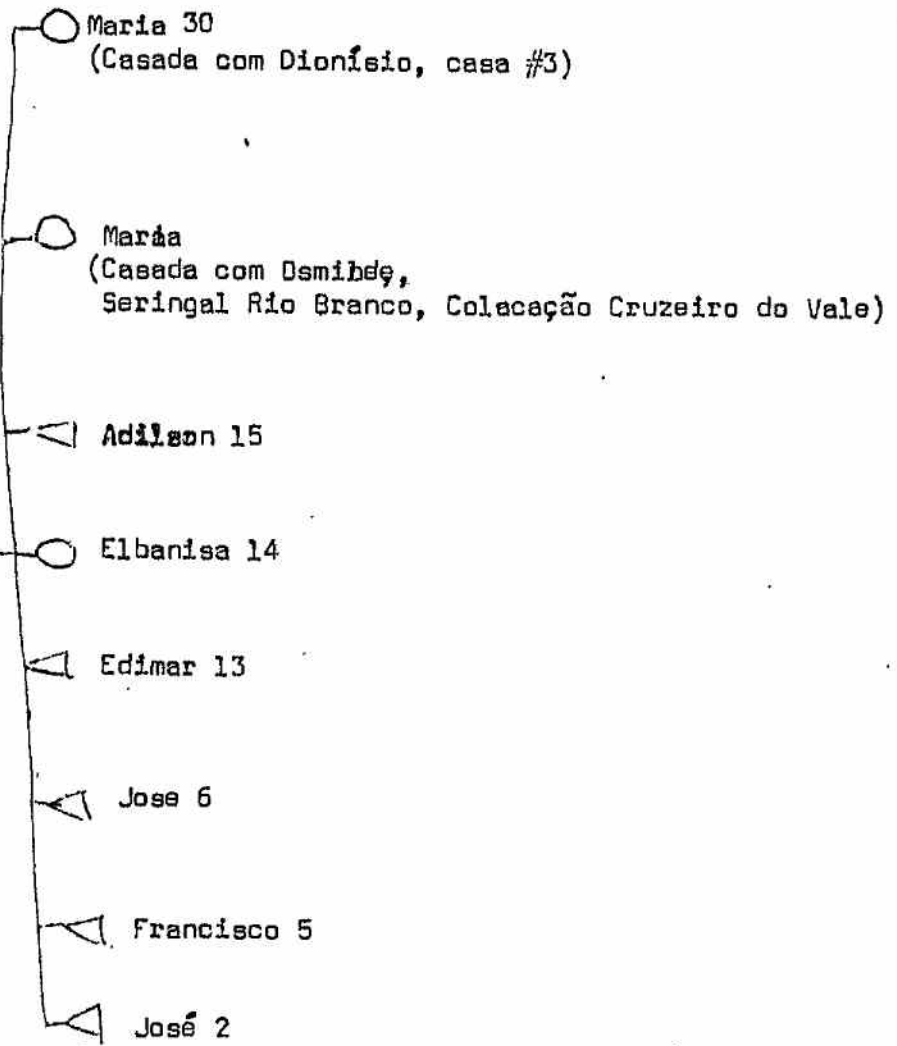
SERINGAL RESTAURAÇÃO  
COLOCAÇÃO BEIRA ALTO



SERINGAL BAJE

Casa # 4

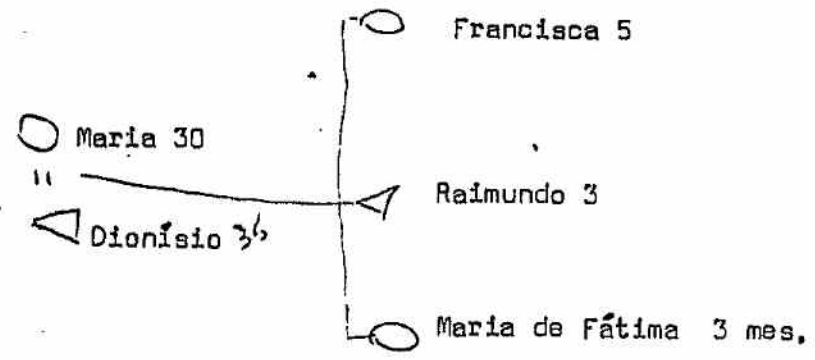
$A = 0$  *cecilia*



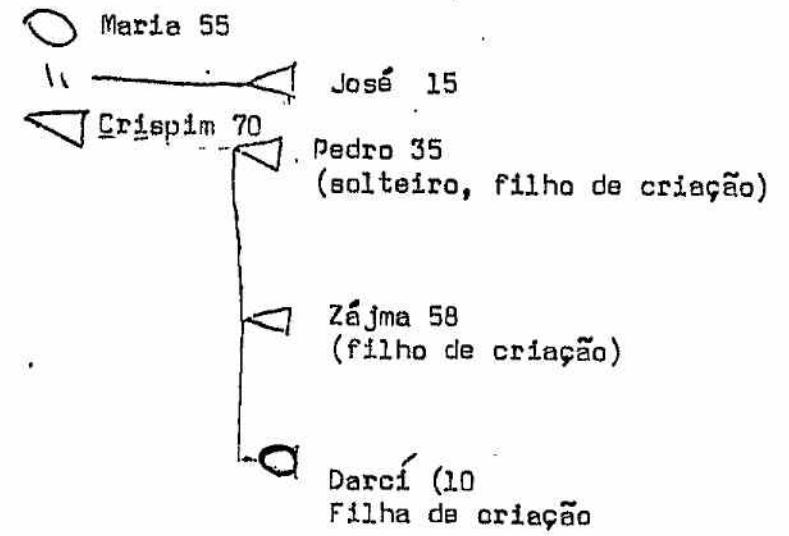


SERINGAL BAJE

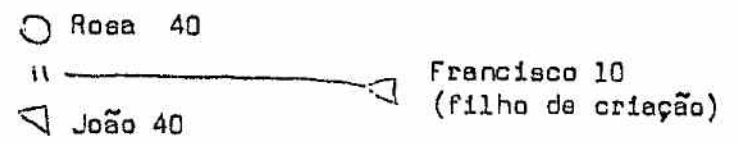
Casa # 3



Casa # 2

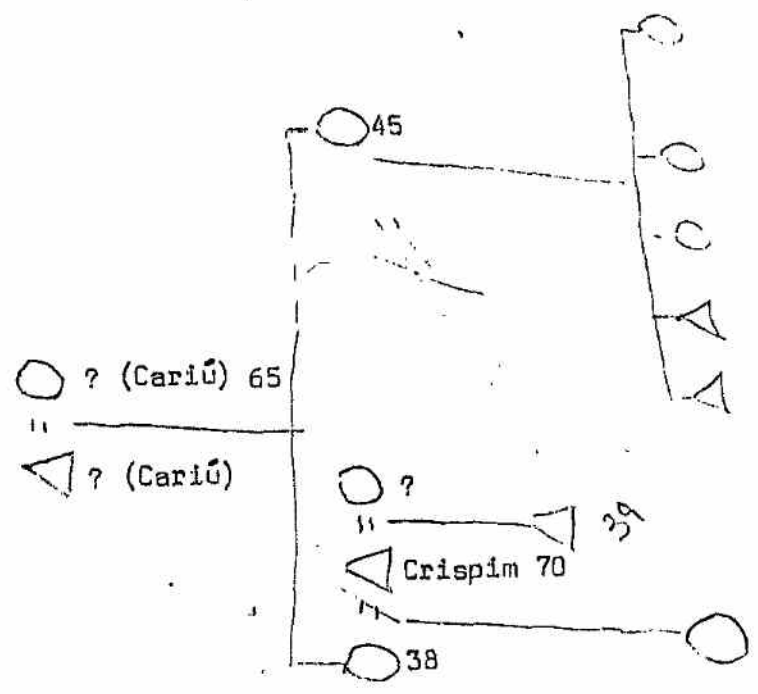


Casa #1



SERINGAL BAJÉ

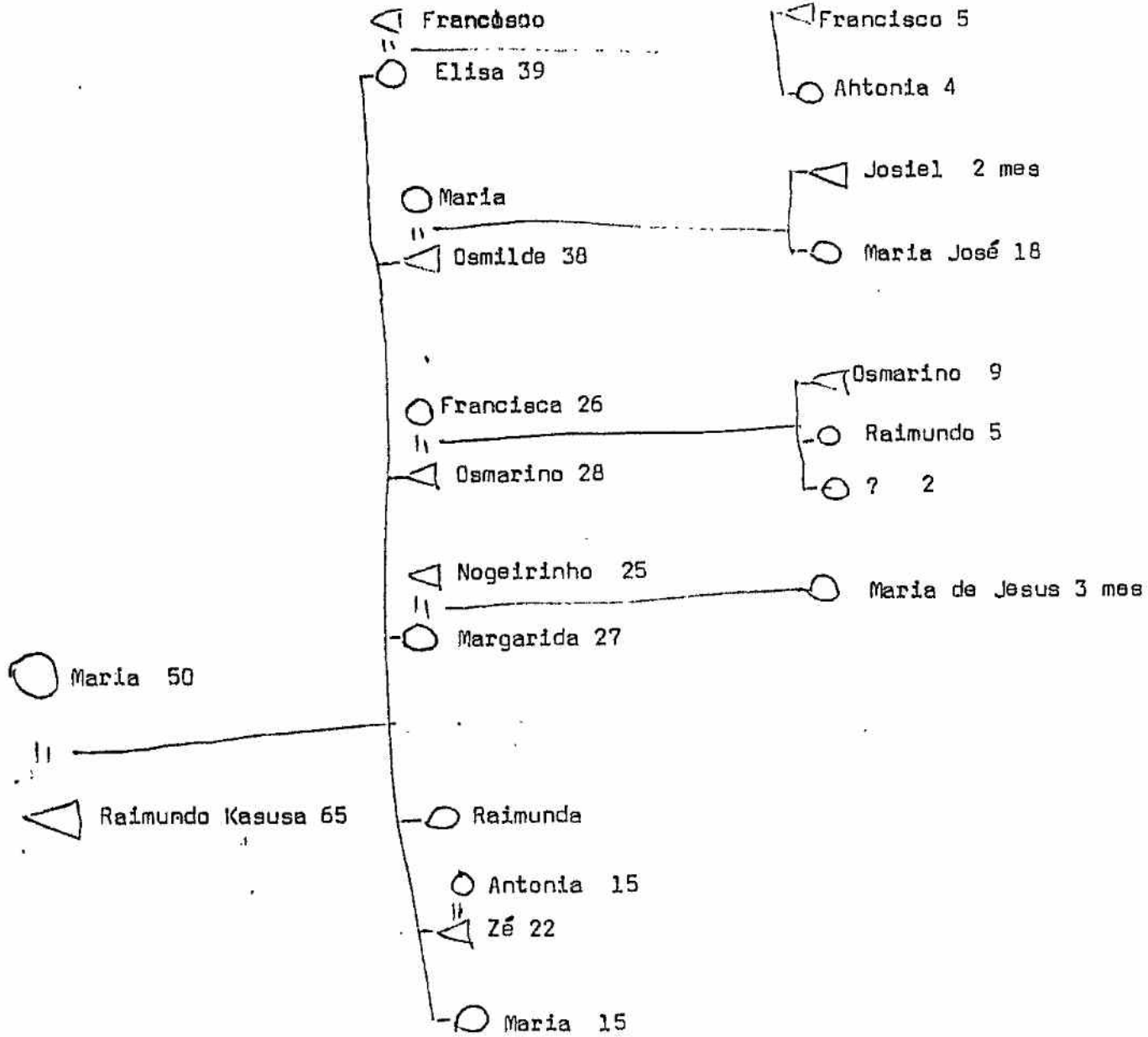
Colocação Vira Volta





A FAMÍLIA DE RAIMUNDO KASUSA

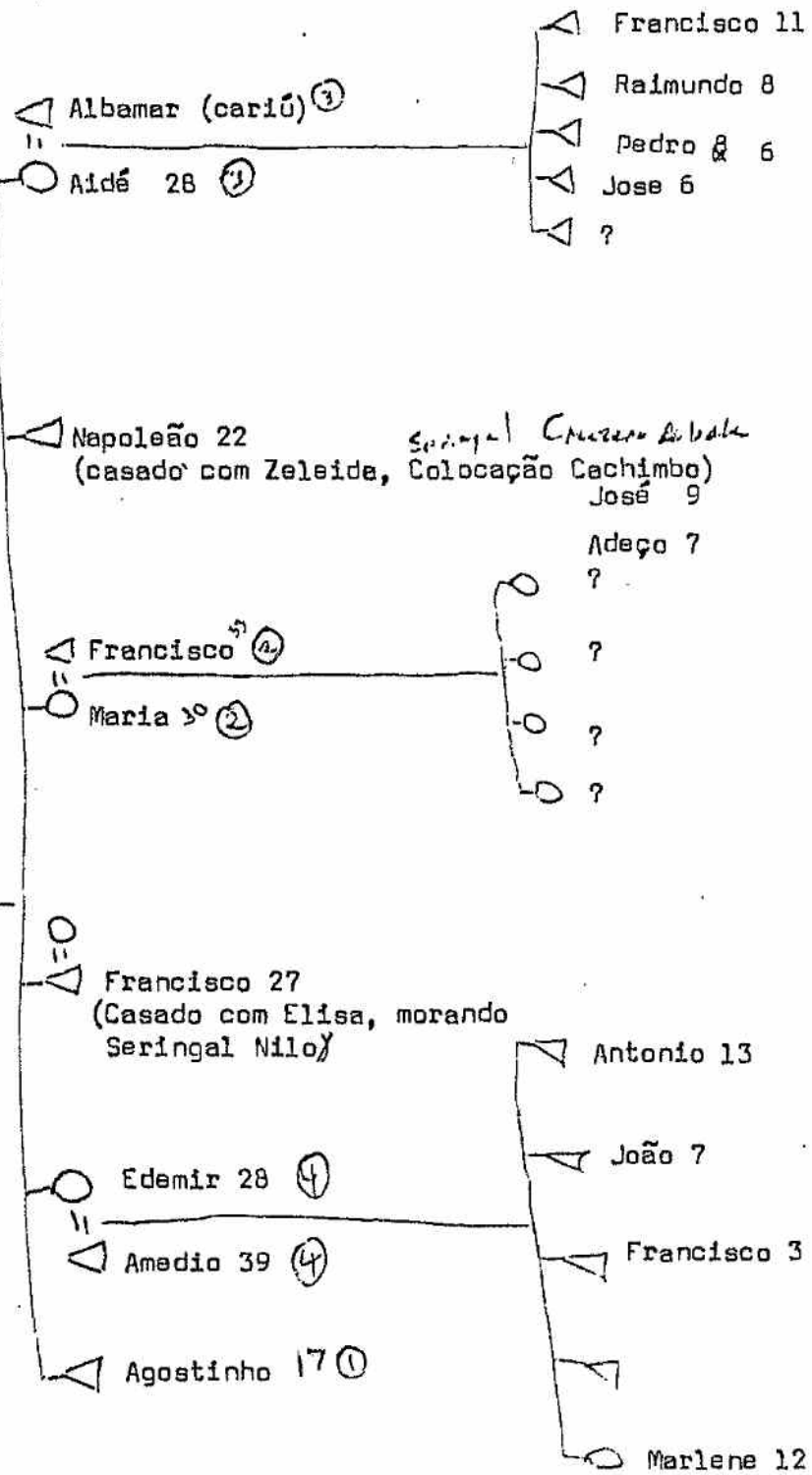
NAS PÁGINAS SEGUINTE VEM AS COLOCAÇÕES



Família de Judith, morando em várias colocações

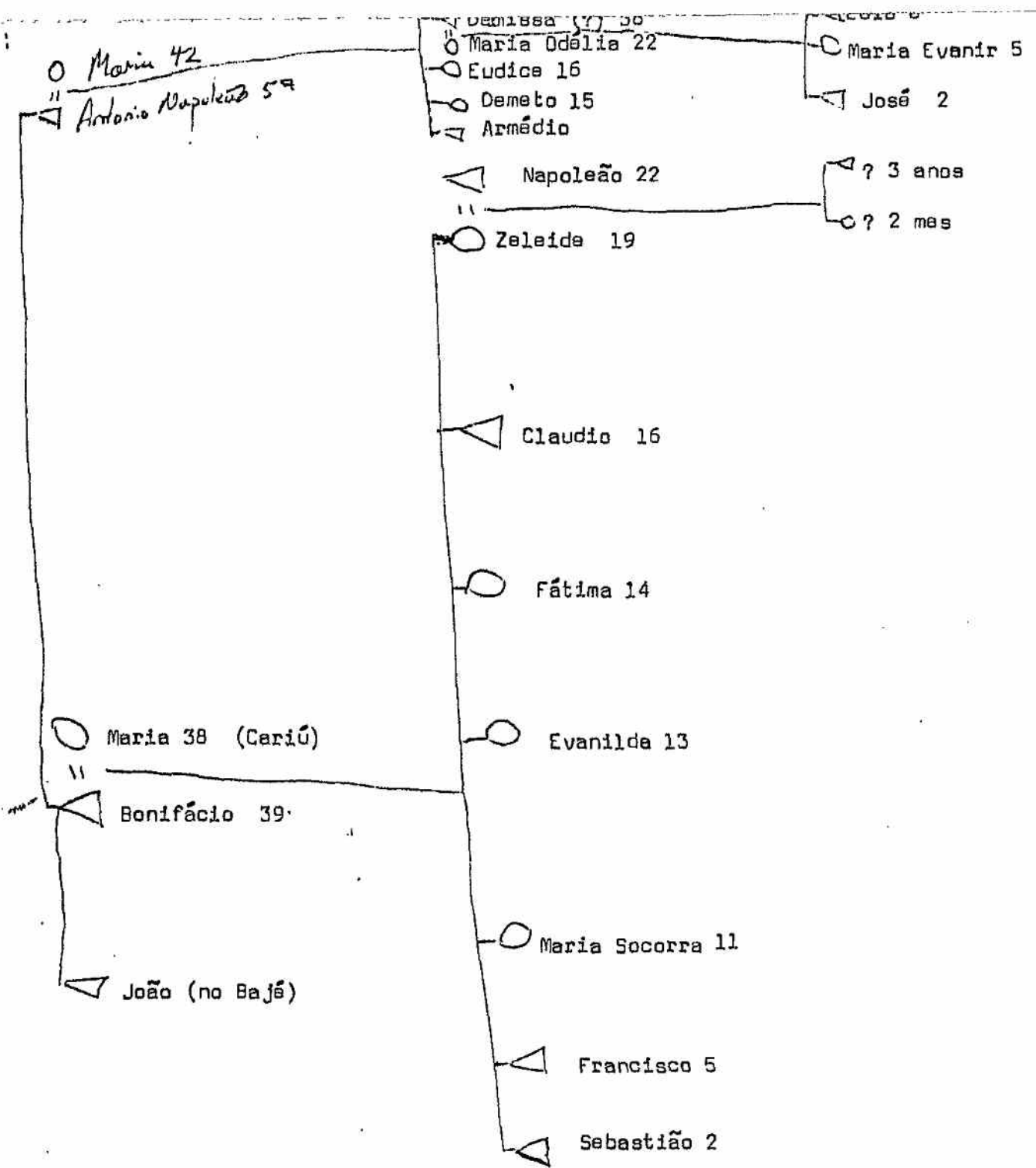
- ① = Seringal Rio Branco, Colocações Cabreiro
- ② = Riozinho de Curuzinho Verde, Rio Branco
- ③ = " " " " Colocações São Sebastião
- ④ = Seringal Rio Branco Colocações Solidão

Judith



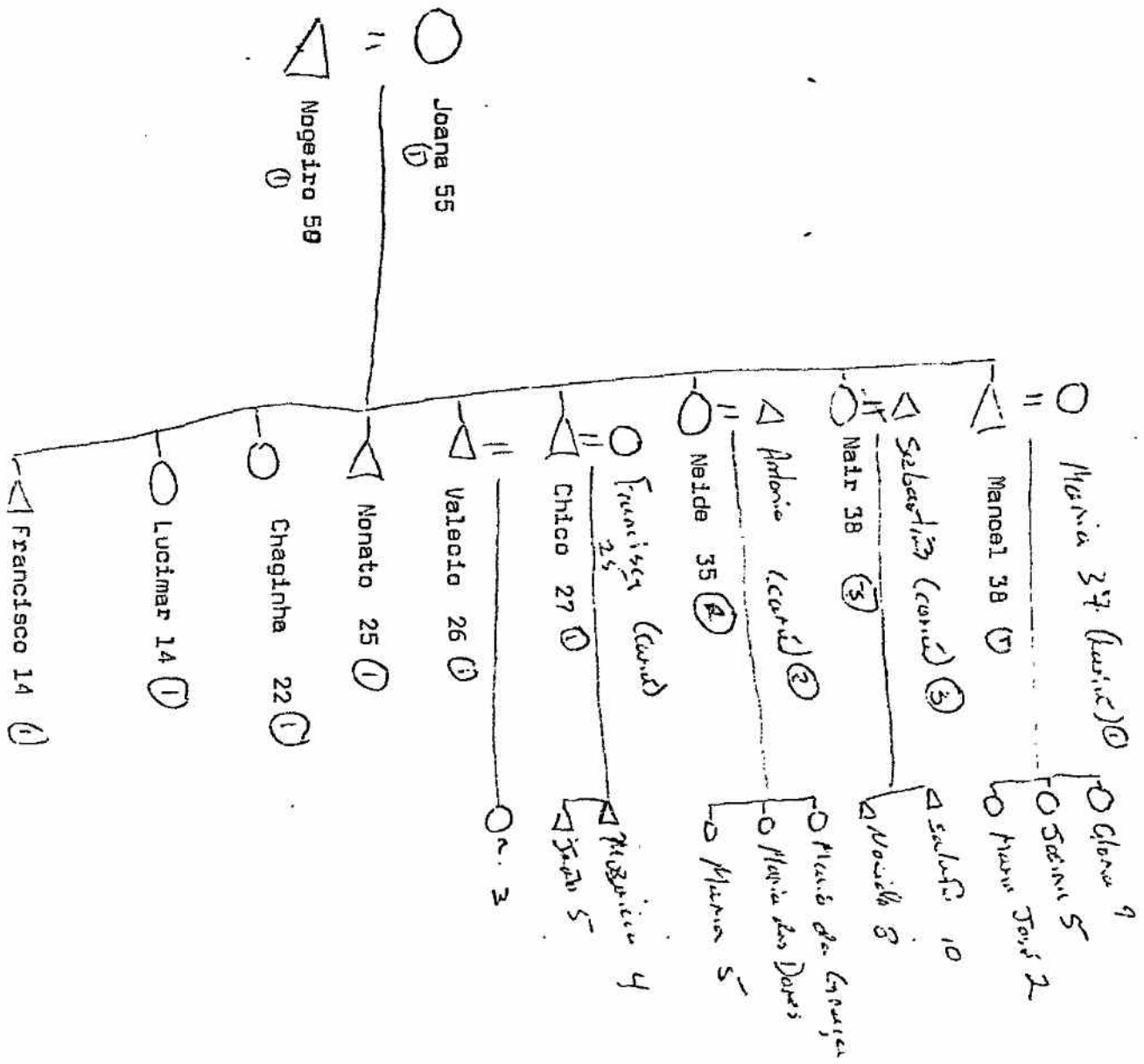


SERINGAL CRUZEIRO DO VALE  
NO AFLUENTE RIO BRANCO  
COLOCAÇÃO CACHIMBO



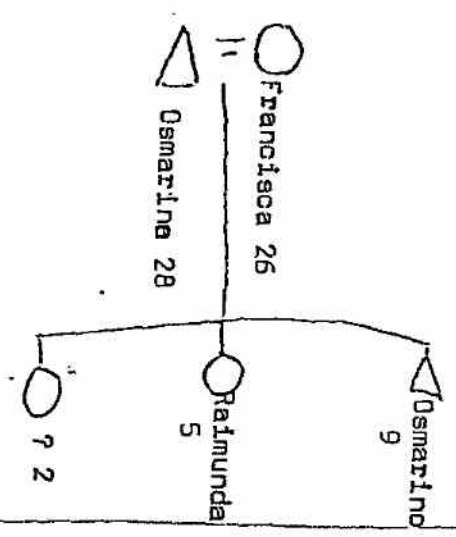
FAMILIA DE NOGEIRO  
colocações seguem em páginas separadas

- ① s Seringal Nilo  
Colocações Boa Vista
- ② Seringal Nilo  
Colocações Salgado
- ③ Seringal Bonde Tejo (?)  
Colocações Lagoinha

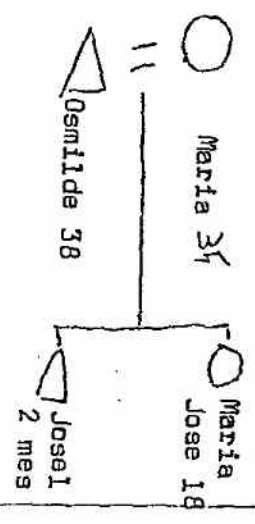




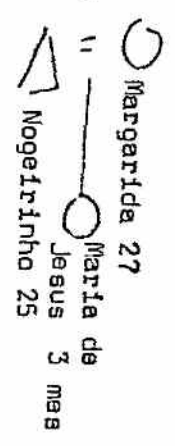
SERINGAL CRUZEIRO DE VALE  
COLOCAÇÃO BREJO



SERINGAL RIO BRANCO  
COLOCAÇÃO CRUZEIRO DE VALE

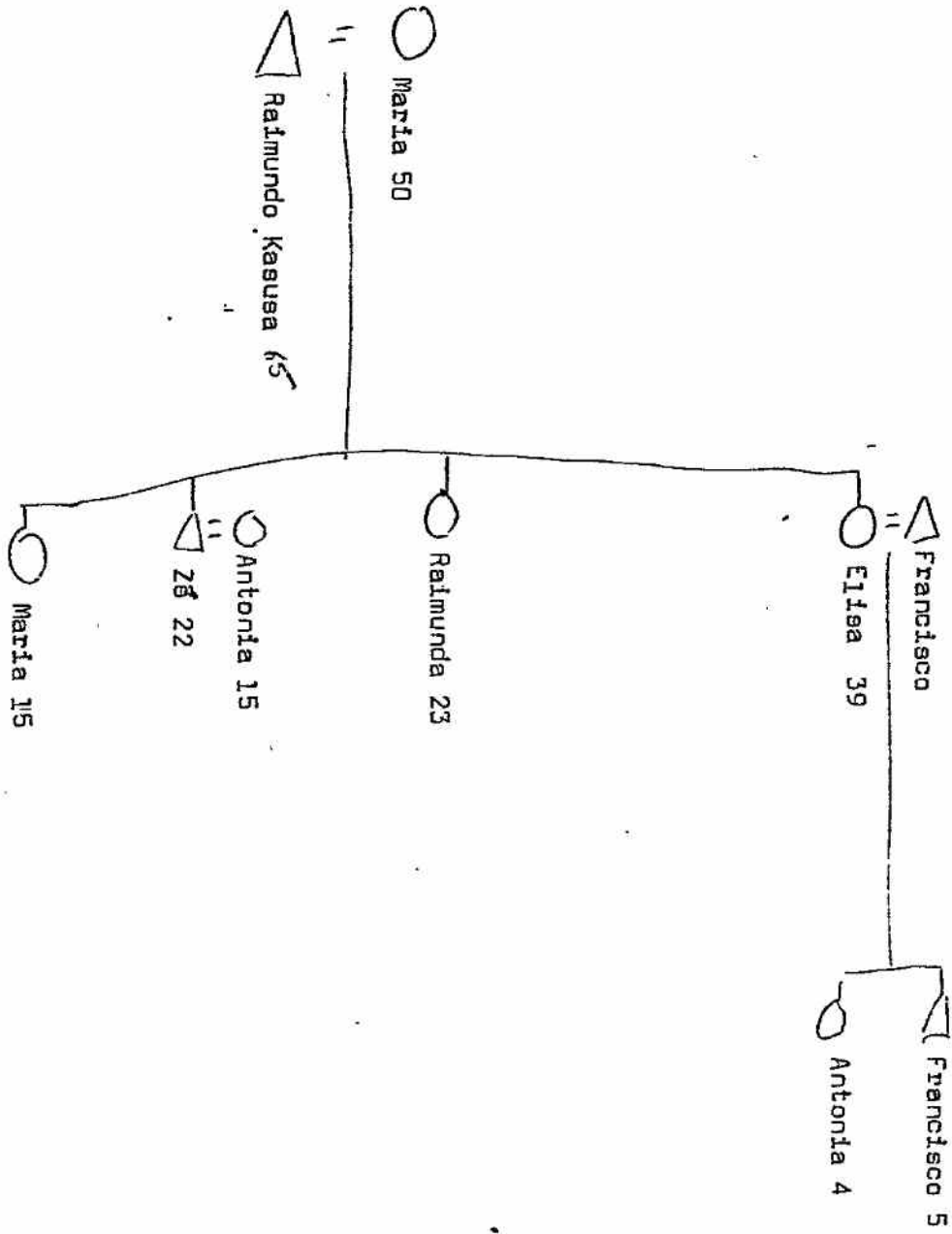


SERINGAL NILD  
COLOCAÇÃO BOA VISTA



SERINGAL NILO

COLOCAÇÃO SALGADO





## 5. KAMPARIA - BREVE NOTÍCIA ETNOGRÁFICA

Dentre os grupos indígenas atualmente existentes na região do Alto Juruá, os Kampa ocupam um lugar de destaque até mesmo pela sua importância numérica e, portanto pelo seu peso relativo no conjunto da população indígena da área. Este é, no entanto, apenas um dado quantitativo. A importância dos Kampa para a compreensão da situação das necessidades e dos problemas da questão indígena, nesta região, deriva sobretudo da maneira peculiar de convivência com a sociedade nacional.

Os Kampa constituem um grupo linguisticamente vinculado ao Tronco Aruaque. Falam diversos dialetos de uma língua que é partilhada por uma das maiores populações de nação Índia da América do Sul, na área Amazônica. A população Kampa alcança, no Peru, a cifra expressiva de aproximadamente 26 mil indivíduos, habitando um território cuja delimitação esquemática é dada pelos rios Ucaialy, Tambo, Pichis-Pachitea (Denevan, 1974) e pela área de colinas de ambos os lados do Rio Ene e do Baixo Apurimac.

A demografia do grupo da região do Alto Juruá é muito reduzida, em comparação com a sua presença em terras peruanas. Apesar disso a sua presença em território acreano parece remontar ao século XVIII. Não foi possível adquirir um quadro seguro da origem e permanência dos estabelecimentos Kampa nos rios Breu e Amônea. Do consenso dos informantes regionais depreendemos que estiveram nessa franja territorial limítrofe a partir dos últimos trinta ou quarenta anos.

A inconsistência de determinados tipos de informação decorre, não apenas da precariedade dos registros, mas também e, talvez principalmente, da precariedade da memória regional com relação às nações indígenas que compatilharam o seu espaço ecológico. Foi difícil obter as informações preliminares que nos permitissem localizar grosso modo os grupos que sabíamos existirem na região. Começamos as indagações junto à Prelazia sediada em Cruzeiro do Sul. O contato com os padres da Ordem do Espírito Santo, que atua no Juruá acreano há mais de meio século, forneceu as primeiras indicações. Estas foram sendo complementadas, com muita dificuldade, nas entrevistas com regionais de notável conhecimento da área ou autoridades públicas do Município e da Federação ou do Estado.

Os dados recolhidos no terreno refletem as condições em que foram coletados. A área do Breu revelou-se de difícil acesso, condicionando um período muito curto de observação e levantamento (apenas 6 dias). O Amônea, em contrapartida pode ser levantado

com mais detalhe. Durante 15 dias foi percorrido para se fazer a coleta do material observado a respeito do modo de subsistência e da Sociedade Kampa, nas suas relações internas e externas na região. Ainda assim é preciso apontar a validade apenas relativa de todas as informações, em função do período restrito de trabalho de campo realizado. Para suprir eventuais deficiências, além de controlar os dados obtidos, recorreremos a uma bibliografia disponível cujos títulos são escassos (vide referência bibliográfica).

### 5.1. Os Kampa do Alto Juruá

As duas áreas ocupadas por populações Kampa, na região do Alto Juruá, são os rios Breu e Amônia. Ambos constam da informação geográfica dos regionais como sendo paranás ou igarapés, o que apenas parece denotar o contraste da sua ordem de grandeza com o Juruá, pois eles mesmos diferem muito entre si, recebendo uma grande quantidade de caudais menores que são seus tributários na época das chuvas.

As diferenças entre Breu e Amônia são sensíveis quanto à localização e características, permitindo distingui-los com nitidez quanto à sua posição e valor relativo na área considerada. O Breu desemboca no Rio Juruá nas proximidades do território peruano, de cujo limite o seu curso é o marco natural. Estreito, sinuoso e de declive acentuado apresenta problemas consideráveis de navegabilidade. No "inverno" (de novembro a março), na Bacia Amazônica a precipitação de chuvas atinge os níveis mais elevados. Mesmo nessa época as dificuldades de utilizar o Breu como via fluvial são grandes. Somente embarcações muito leves e de quase nenhum calado - ubás ou canoas, conseguem realizar o seu percurso. Árvores caídas, bancos de areia e troncos submersos dificultam a praticagem. As vezes é preciso esperar os repiquetes (curtas cheias em virtude de chuvas torrenciais) para subir ou descer o Breu.

Durante o estio esse problema se agrava e somente as montarias muito leves, operadas a varejão ou remo trafegam pelo seu curso. Em condições ideais o tempo de viagem da Boca do Breu até a sede do Seringal Jacobina, pode ser coberto em mais ou menos 12 horas, a motor. Em outras circunstâncias a demora é aleatória, podendo durar até 4 dias a subida. As referências ao trânsito de gaiolas (Andrade, 1937) parecem, neste sentido, difíceis de acreditar.

O Amônia apresenta um contraste marcado, com relação ao Breu, por causa da sua localização privilegiada. Desagua no Alto Juruá, em Vila Taumaturgo que é sede de Distrito e Sub-Prefeitura do Município de Cruzeiro do Sul. A Vila é o último reduto da socie



dade nacional onde se encontram certos elementos que os regionais denominam genericamente de "recursos". Assim mesmo, muito precários, como pudemos constatar in loco e de acordo com as informações do Sub-Prefeito e Delegado da Vila Sr. Manoel Gonçalves de Araújo.

O Rio Amônia é navegável em toda a sua extensão brasileira, durante a maior parte do ano. Na época das chuvas, embarcações de maior calado, como batelões e rebocadores podem aventurar-se nele. O percurso fluvial, da foz até o marco de fronteira entre Brasil e Peru, pode ser realizado em aproximadamente 15 horas a motor. Em sentido inverso, o trajeto dura apenas 10 horas, tomando-se como padrão uma ubã de 200 kg., equipada com um motor de 9 HP. Eventualmente se encontram obstáculos. Árvores caídas baixos assoreados dificultam certas passagens. Mesmo as cheias de pouca monta, entretanto, permitem um fluxo regular de tráfego.

Assim, enquanto o Breu apresenta problemas sérios de acesso, o Amônia oferece condições excepcionais de navegabilidade e penetração. Como observei adiante o nosso trabalho se ressentiu dessa diferença; permanecemos no Breu o tempo estritamente necessário ao levantamento dos dados essenciais, referentes às populações indígenas, pois, corríamos o risco de ficar retidos, a espera de chuvas que permitissem o prosseguimento da tarefa. A permanência no Amônia, mais extensa, tornou possível um curto período de convivência com os grupos Kampa e, com isso, uma avaliação mais profunda das condições em que se encontram atualmente.

Apesar dessas discrepâncias, circunstanciais e contingentes, consideramos adequado apresentar e comentar o material observado de maneira unificada, ao menos para os itens que não exigem, pela sua natureza, uma discriminação mais cuidadosa. Penso que a situação dos Kampa do Alto Juruá não varia do Breu para o Amônia de maneira significativa. As indicações colhidas no primeiro foram confirmadas e ampliadas pelas observações feitas no último.

#### 5.1.1. Distribuição e censo da população Kampa no Alto Juruá

As informações a respeito da distribuição e composição gráfica da Kampania, no Alto Juruá, precisam ser avaliadas à luz de um dado fundamental - a extrema mobilidade desses grupos na região. Os regionais são unânimes ao qualificarem os Kampa de "povo de arribação", maneira de designar um traço marcante da presença desse grupo na área. A relevância desse dado deriva de duas constatações feitas no decorrer do trabalho.

Em primeiro lugar, as informações recorrentes sobre famílias ou indivíduos que estão viajando ("visitando parentes no Envira") ou trabalhando em outras áreas da região ("tirando uma madeira no Amônea") tornam difícil obter um quadro demográfico confiável da Kamparia. Ainda mais quando se considera que de todos se diz que vão ou pretendem voltar para suas colocações originais, dado incerto e difícil de confirmar.

Em segundo lugar, a referida mobilidade faz parte de um quadro geral onde se encontram determinantes de diversas ordens. A instabilidade dos estabelecimentos faz parte de um repertório de mecanismos de adaptação à ecologia natural e social da região, constituindo um traço original da forma de contato desse grupo com a sociedade regional, sobretudo. A hipótese de que as raízes dessa mobilidade possam se encontrar nos princípios culturais e estruturais que governam essa sociedade tem possibilidade de ser explorada com sucesso.

#### 5.1.1.1. A Kamparia do Breu

Ao longo do curso do Paranã do Breu, existem três sítios em que vivem famílias Kampa. A cerca de meia hora/motor distante da foz estão situadas, próximas uma da outra as casas de Alberto e Henkoru. Na ocasião da pesquisa estavam desabitadas, pois ambos se encontravam rio acima, em acampamentos provisórios ocupados na extração de madeira. Esses acampamentos foram registrados, com os seus ocupantes, no esquema I.

Na colocação que os regionais denominam Julião, encontra-se outro grupo de famílias centrado em torno do velho Kitora, núcleo de uma extensa parentela e apontado pelos cariú (= regionais) e pelos próprios Kampa como o líder e homem mais importante da Kamparia do Breu. O assentamento desta aldeia e as informações demográficas correspondentes encontra-se no esquema I, acrescidas de notas ou observações pertinentes.

Mais adiante, sempre rio acima, localizamos outra aldeola. Pertence a Petjanka e sua parentela. A particularidade desse assentamento reside no seu afastamento da margem do Paranã. Floresta a dentro, uma caminhada de cerca de meia hora conduz a uma terra firme. Um grupo de casas uma clareira no cimo dessa terra firme. O único indício da existência dessa aldeia são as ubás fundeadas no porto, onde desemboca o caminho da aldeia. esquema II, dão conta da população e do assentamento desse grupo no terreno.



#### 5.1.1.2. A Kamparia do Amônea

No Amônea, de acordo com as observações do trabalho de campo, localizamos famílias indígenas do Grupo Kampa em cinco colocações distintas ao longo do curso do rio:

- 1a. - Abaixo da Fazenda do Vale, numa localidade denominada Remanso, vivem as famílias de Romão e Cláudio. Além disto estavam estabelecidos temporariamente, nessa colocação 3 Kampa do Breu, Cesar Peres, Arigõ e Carmelin. Estes pretendiam retornar depois de vender sua madeira.
- 2a. - Mais ou menos a meio caminho entre o Remanso e o Igarapé Taboca, encontramos a família do Kampa Marcelino, também originário do Breu, para onde voltaria quando houvesse combustível. Nesta colocação encontra-se também a única família remanescente dos caboclos Santa Rosa, outrora numerosos na região. Em décadas passadas, uma epidemia de sarampo dizimou-os, levando-os a abandonar o Amônea de onde partiram em demanda do território peruano.
- 3a. - Pouco abaixo do Igarapé Taboca vive Taumaburgo, Índio Kampa, sobrevivente de uma família numerosa (3 mulheres e mais 18 pessoas entre filhos, afins e netos) que a febre amarela dizimou. Nas proximidades acha-se ainda uma família do Grupo Shama da qual não foi possível obter informações, pois estava ausente, fugindo da epidemia de gripe que grassava na região.
- 4a. - Acima da Boca do Amoninha, entre o Barro Branco e a Volta do Mulateiro, moram as famílias de Antonio, Pedrilho e Samuel. Na aldeia do último passei a maior parte do tempo dedicado ao levantamento do Amônea.
- 5a. - Nas proximidades do marco divisório entre Brasil e Peru está o assentamento que corresponde à família do Kampa Tenente.

A compreensão dos dados referentes à distribuição e análise demográfica da Kamparia do Breu e do Amônea pode ser ampliada e relativizada mediante uma consulta dos mapas de ambas as áreas (ver anexos A e B).

### 5.1.2. Modo de Subsistência - Situação atual da Kamparia

Os assentamentos da população Kampa formam pequenos grupos sociais que podem variar de uma a mais ou menos cinco famílias conjugais, constituindo pequenas aldeias, cujos efetivos podem atingir de 30 a 40 pessoas. Esses estabelecimentos, nos quais se agrupam as vezes até 4 ou 5 casas, encontram-se implantados nas margens dos rios ou nos terrenos altos da terra firme.

Os grupos assim definidos dividem-se em famílias conjugais. Cada uma delas ocupa uma casa. Estas apresentam-se como variações de um padrão fundamental, que pode ser caracterizado da seguinte maneira: uma estrutura de projeção quadrangular, combinando troncos de vários calibres, sustenta uma cobertura de duas águas de folhas de palmeira em raias superpostas, cujos beirais - prolongam o ângulo reto formado por essa cobertura para além da estrutura da casa. Essa moradia é total ou parcialmente vazada. No seu interior, encontramos um ou dois planos formados por assoalhos de tábuas de paxiuba, flexíveis, separadas por frestas que variam. Esse plano, ou planos, se encontram a alturas variáveis do solo, podendo distar deste até 1,30m.

No plano mais baixo que pode, eventualmente, coincidir com o próprio solo encontra-se o lugar do fogo, em torno do qual gira a atividade de preparo do alimento, que pode ser consumido por um grupo doméstico, por ocasião das refeições, ao pé do fogo.

O plano mais alto concentra as pessoas em função de atividades tais como dormir, conversar, tecer, fabricar, e abriga os poucos objetos de valor e utilidade que constituem os haveres de uma família Kampa. Destes fazem parte roupas, arcos e flechas, redes e mosquiteiros, cestos, terçados, teares, espingardas e tarrafas.

#### a) A Casa dos Kampa

Com as casas da Kamparia ocorre um fato curioso - elas variam de acordo com dois tipos de lugar onde podem estar construídas. Quando se situam na margem dos rios, e sobretudo quando são visíveis a partir do seu leito, assumem um ar de casas de regionais. Abandonam a sua característica marcante que é a de serem vazadas, para assumir paredes e divisões internas, adquirindo dessa maneira portas e janelas. Esse novo padrão de estruturação do espaço doméstico está claramente vinculado aos problemas decorrentes da situação de contato com os regionais. Não se trata, embora esta possa ser uma primeira impressão, do pudor severo que encontrei nesse grupo quanto às formas de exposição do corpo. Antes acredito que esta seja a maneira pela qual procuram diminuir as distâncias, cui



turalmente imensas que os separam da sociedade regional. Portas e paredes constituem fórmulas eficazes no sentido de esconder esse modo de vida diverso que continua existindo nesses interiores.

A tentativa de aproximar-se dos padrões que o mundo social envolvente lhes propõe não leva os Kampa apenas (como se isso fosse pouco) a mudarem o aspecto da sua moradia, que depois de abrigar paredes preterde, algum dia, abrigar rádios, discos e vitrolas, armários de banheiro com espelho flutuando presos a um barbante no centro de um espaço que, apesar de tudo continua Kampa. Depois dos objetos viriam e vieram os primeiros valores. Quem os trouxe foram as cartilhas do Mobral. É impossível avaliar e difícil descrever que lugar ocupa essa cartilha na vida cotidiana de uma família Kampa.

Que são para um Kampa açougues, hospitais, geladeiras e bicicletas? Elementos de um mundo distante do qual não existem apenas sinais empíricos, a presença do antropólogo, por exemplo, mas que é um mundo de ficção e mito. Dele emanam influências decisivas para o destino dessas comunidades. Elas aprendem a temê-lo, respeitá-lo e por fim desejá-lo, por ironia, naquilo que tem de mais estereotipado e de mais indigente. Alguns homens como Cláudio e Carmelin demonstraram muito interesse por tudo que representava a sociedade nacional. Como eles Cesar Peres e Miano têm ambições. Querem ter motor, perfume, latas de conserva e copos plásticos. Pareciam fascinados, a ponto de buscarem aprender a língua brasileira para além dos restritos recursos de que necessitam para o contato com os regionais.

A ambivalência dessa atitude se evidência quando, após caminhar pela mata, em demanda de uma terra firme, chegamos ao topo de uma colina cuja elevação domina a floresta em redor. Numma clareira alta, um grupo de 4 ou 5 casas têm o ar de uma aldeia indígena. Todas são inequivocamente casas Kampa. Samuel tem casas na beira do rio que poderiam ser confundidas com casas cariú. Uma caminhada de 20 minutos, porém, me levou à sua outra casa, no alto, livre de alagações, dividida como uma casa Kampa, em meio de um roçado de mandioca. É a casa para onde se retira quando adoece ou quando recebe visitas indesejáveis de capangas de patrões. Soamente lá fabrica, durante as horas do sol alto ao poente, uma mistura de folhas de coca, com cipô e uma espécie de pó, proveniente de uma pedra. Trata-se de um elemento muito importante da cultura Kampa, ligado aos valores masculinos e guerreiros dessa sociedade. O espaço Kampa é reconstituído nesse tipo de lugar onde voltam a ser atualizados os valores e as formas físicas da Kampania.

Esses grupos de casas possuem sempre uma casa de cozinhar, reduto comunitário das mulheres que cozinham e preparam o alimento, às quais se juntam os homens em determinados momentos do amanhecer e do anoitecer, aquecendo-se ao fogo e esperando a refeição. Entre as casas ou do lado delas existe um terreiro onde as crianças brigam e brincam. Os meninos se exercitam com o arco, alvejando tubérculos de macachera ou dedicando-se a outros tipos de jogos, dos quais faz parte, eventualmente um futebol. Nesse terreiro se realizam também as danças, quando há festas, e os rituais em que se consome o alucinógeno preparado com a ayahuasca.

A atração dos Kampa pelas terras altas não é uma simples decorrência de racionalidade utilitária. É bom morar no alto porque há menos mosquitos do que na margem, porque não se corre o risco de inundações ou, o que é frequente na área, de terras caídas. Mas é bom morar nas terras altas sobretudo porque é mais perto do sol, que representa para os Kampa uma motivação da ordem do sagrado. O sol é pavã, que é "meu pai", termo de respeito que se usa com relação à divindade solar. Além disso o passado de uma cultura guerreira permanece vivo e esse tipo de localização pode estar relacionada com problemas de defesa. Com relação à sociedade nacional isso funciona de maneira desviada, pois defende ocultando do olhar e do alcance.

A funcionalidade das casas se descobre a primeira vista. São afastadas do chão de maneira que fiquem livres da humidade e dos animais. Estes, quando são domésticos se abrigam da chuva ou do sol excessivos ou aguardam os restos da comida que são atirados ou varridos pelas frestas do chão de paxiúba, que mantêm cuidadosamente limpo. São vazadas a ponto de permitir a circulação da menor brisa, vinda de qualquer direção, durante os quentes dias amazônicos. Os beirais protendidos evitam a entrada das fortes rajadas de chuva dos temporais. Na época das friagens fazem braseiros em baixo das casas para aquecê-las. A cobertura de palha desempenha, perfeitamente, o seu papel de abrigo e isolente térmico. É usada além disso como local privilegiado para guardar, enfiando-as, facas, terçados, espingardas e outros objetos metálicos, protegendo-os da humanidade e afastando-os das mãos de crianças travesas.

No interior dessas casas o espaço é dividido em função do lugar onde se come, se dorme e de dois lugares onde se trabalha - o dos homens da casa e o das mulheres, que fiam e tecem. Esses lugares não são no entanto coexistentes sincronicamente. O lugar onde se fia pode ser também o lugar onde se dorme, ou come, ou arma o mosquiteiro e a rede. Todos os haveres simples e as vezes pobres de uma casa Kampa podem ser recolhidos ou utilizados de

acordo com o momento. Isso explica também, entre outras razões a facilidade com que os Kampa se mudam, temporariamente ou para sempre, de um lugar para outro, as vezes distante. Abandonam suas casas ou aldeolas quando vão "visitar parentes no Ucaialy", procurar um "patrão melhor", quando partem em busca de determinados produtos de extrativismo vegetal - madeiras de lei, cana-brava para flechas, ayahuasca ou ervas de valor medicinal. Abandonam suas casas também quando nelas ocorre algum falecimento, pois temem o espírito do morto (para exprimi-lo nos nossos termos). Outros problemas, determinados pelo modo de subsistência, contribuem para essa instabilidade dos assentamentos da Kamparia.

#### b) Um dia numa aldeia Kampa

O dia de uma aldeia Kampa começa às quatro e meia da manhã, quando as névoas da madrugada ainda não se dissiparam inteiramente. Acordam pouco comunicativos, saem para a beira do rio, depois de recolhidos os mosquiteiros e as esteiras, para lavar o rosto, molhar e pentear os cabelos além de outras necessidades matinais. Retornam mais dispostos a conversar. As mulheres preparam a primeira refeição do dia que consiste de bananas assadas, maca chera cozida, eventualmente algum resto de carne do dia anterior. Enquanto isso, os homens rondam a casa de cozinhar, onde a comida está sendo preparada em panelas dispostas sobre um fogo que resulta de toros de madeira dispostos em estrela. Estas fogueiras, que se transformaram em braseiros durante a noite, são reavivadas depois de se terem escorraçado os cachorros do borralho.

Enquanto esperam a comida os homens conversam e preparam os apetrechos de caça ou pesca, conforme a tarefa a que se pretendem dedicar durante a manhã. As mulheres, auxiliadas pelas meninas buscam água do rio, preparam o alimento e cuidam das crianças de colo. Depois as famílias conjugais se reúnem nas suas respectivas casas para a refeição matinal.

A base dos suprimentos proteicos da alimentação desses grupos é proveniente da caça e da pesca, quando se trata de populações ribeirinhas. O peso relativo da caça é muito maior do que o da pesca, embora esta se constitua também numa fonte importante da subsistência cotidiana. Depois da refeição matinal dos homens podem sair para caçar ou pescar.

A caça é uma atividade masculina e, em geral, solitária. Raramente caçam em grupos, mas pode ocorrer que um homem ou um jovem caçador se faça acompanhar por algum menino, seu irmão ou sobrinho. Dessa maneira consegue um auxiliar para o trabalho de levantar e cercar a caça, para o que utiliza também cachorros, ao



mesmo tempo em que transmite aos mais jovens a sua habilidade. As armas de caça continuam sendo, principalmente, arcos e flechas. Estas são confeccionadas de cana-brava, com pontas de taboca afiada ou popunha entalhada de grande poder de impacto e penetração. São empenadas com mutum, jacamim ou jacú. Os arcos são de popunha ou pijuaya e levam encordoamento de fibra de carnaubeira.

São exímios e incansáveis caçadores, habilidade que só se pode medir em confronto com as dificuldades que se lhe contrapõem. Assim, por exemplo, a escassez de certas espécies de animais de caça exigem o deslocamento do caçador para muito longe da aldeia. Esse problema é acrescido da limitação dos meios técnicos de que os Kampa dispõem. Não possuem cartuchos, pólvora e chumbo, a não ser muito raramente, pois os preços dessas mercadorias no Alto Juruá são inalcançáveis. Possuem espingardas e um ou outro cartucho, que usam com parcimônia e eficiência.

As espécies mais comuns como presas de caça são veado, queixada, caititu, capivaras e cotias, pacas, quatis, macacos de diversas espécies, tatus e uma enorme variedade de aves - mutum, jacamim, jacu, inambus, etc.

As expedições de caça partem antes do sol nascer, embrenhen-do-se por trilhas abertas com essa finalidade. As trilhas variam quanto à direção e à distância. Contaram alguns dos meus informantes que no "verão", quer dizer na estação seca, essas expedições podem se alongar por vários dias ou mesmo por toda uma semana. Durante a época das chuvas, entretanto, nunca ultrapassam o poente.

As onças, os felinos menores e a anta são raridades. Os felinos por causa da caça predatória que, há aproximadamente 10 anos destruiu estas espécies na região. Hoje a caça comercial, visando a comercialização da carne e das peles está proibida. O IBDF, associado a outros órgãos federais, estaduais ou municipais fiscaliza a aplicação dessa lei de forma inflexível, porém ineficiente. Quero dizer, que a aplicação da letra da lei prejudica as populações indígenas e regionais, destituindo-as praticamente da sua única fonte de proteína animal de vez que a criação de gado na área é inexpressiva ou inexistente. Ineficiente porque apesar de tudo continua sendo possível comprar determinadas peles preciosas na região a medida, genérica e impessoal, acaba atingindo os caboclos e os regionais pobres, e, como todo dispositivo de malha fina, deixa escapar os influentes e bem relacionados patrões, seringalistas e comerciantes da região.

Embora a base da subsistência dos grupos Kampa seja proveniente da agricultura itinerante de queimada, a ênfase social na caça é uma marca cultural do grupo. Podemos confirmar esta impressão

atentando para a importância que o conhecimento das espécies animais, dos seus hábitos e determinações ecológicas e de um verdadeiro tecido de sabedoria em torno de cada espécie, assume nas conversas ou mesmo na cosmologia dessas populações. Por isso, podemos atribuir a instabilidade dos assentamentos Kampa, em parte, ao escasseamento das espécies de caça na área que habitam.

Além do arco e flechas, da eventual arma de fogo e de um dispositivo de tocaia, armado no alto das árvores na época da frutificação, camuflado com palha e abrigando um atirador, não pude constatar o uso de outras formas de tecnologia de caça como as armadilhas. Disseram alguns informantes que as usavam.

O jaboti é um capítulo a parte na subsistência da Kamparia. Rastreado e colhido por homens, mulheres ou meninos é um alimento apreciadíssimo, pois desempenha para os indígenas a função que para nós tem as latas de conserva. Juntamente com os peixes constitui um dos alimentos permitidos durante o resguardo de um casal após o parto. Pode ser armazenado sem grandes dificuldades, dispensando cuidados com a alimentação e vigilância. Preso em forquilhas de madeira, distribuídas em pontos estratégicos das trilhas da floresta o jaboti constitui um excelente rancho de viagem. A espécie, protegida pelas leis de guarda ecológicas, está ameaçada também nesta região, embora o seu comércio e exportação estejam sendo proibidos.

A pesca é a segunda alternativa para a atividade matinal dos homens. "Mariscar" é uma tarefa masculina, exceto quando se trata das pescas coletivas realizadas com tóxicos vegetais inebriantes ou mortíferos. Utilizam tarrafas, quando as tem. Arco e flecha ou uma fisga são os instrumentos mais comuns para obter as cobiçadas curimatãs, os mandis, surubins, as gordas tracajás e outros espécimens da fauna fluvial cujo declínio é evidente na região. Pescam também com ervas letais e/ou inebriantes como a huaca e o barbasco ambas do gênero tephrosia.

Estas pescarias com "a nossa tarrafa", no entanto são coletivas. Delas participam homens, mulheres, adolescentes e crianças. Tive ocasião de assistir a uma dessas pescarias, feita com barbasco, num pequeno igarapé escondido, porque os Kampa temem utilizar esses tóxicos na presença de estranhos, pois sabem tratar-se de uma técnica interdita pelos "patrões dos cariu" - IBDF, "governo", "de legado", etc. Trata-se de uma forma de cooperação ampla em que um igarapé, cujas águas são previamente represadas, é envenenado com a erva letal ou inebriante escolhida. Homens, mulheres e meninos, dispostos ao longo do curso, fisgam os peixes que afloram, em busca de oxigênio, recolhendo-os aos cestos. Os membros de cada famí-

lia conjugal colhem para o seu grupo. O resultado é magro, embora igualmente repartido.

Na época do estio a que chamam de verão realizam uma curiosa forma de pesca de mergulho, também difundida entre os regionais, que a denominam "embicheirar". Nesse tipo de pesca o peixe é localizado nas águas límpidas dos poços mais profundos do leito do rio onde o mergulhador armado com um anzol na ponta de uma vareta deve fisgá-lo arrastando-o à tona.

Nem todas as manhãs são de caçar ou pescar, atividades preferidas dos homens. Algumas são dedicadas ao extrativismo vegetal das madeiras de lei. Este constitui uma atividade muito importante no Alto Juruá, pois através dele os Kampa obtêm recursos de consumo que são produtos da sociedade nacional. As madeiras de lei da região são muitas, mas o cedro e o aguano são as mais exploradas no Breu e no Amônea. Existem em relativa abundância. A Vila de Taumaturgo, em meio a sua pobreza e limitações, ostenta cercas de galinheiro, escadas de acesso ao rio e passadiços de madeira de lei.

O processo de extração inclui, além do penoso trabalho de derrubada, "limpeza" e seccionamento dos troncos, a "saída" dos toros das águas dos igarapés, aproveitando as cheias dos repiquetes, provocados pelas chuvas torrenciais da estação. Os patrões (Da. Ernestina, no Breu, Getúlio do Vale, José Sara, Tofo e José Pereira, no Amônea) pagam de 300 a 500 cruzeiros pelo metro cúbico de aguano, preço que pode variar em função da qualidade. Os toros de segunda (até 55 centímetros) pagam menos que os de primeira qualidade (a partir de 60 centímetros). Todo e qualquer pagamento é feito "a troco". Nesse escambo a vantagem está do lado do patrão pois a madeira de lei no Alto Juruá vale pouco, enquanto as mercadorias mais corriqueiras alcançam preços altíssimos.

O corte de seringa, possível em ambas as áreas não conta das atividades econômicas dos Kampa. Não há um índio sequer que se lhe dedique. Alegam que "trabalhar seringa não presta" e evitam assumir qualquer compromisso nesse sentido, pois isto implicaria restringir-lhes a mobilidade, acorrentando-os, pela dívida, ao barração patronal.

A coleta vegetal fornece-lhes, além disso, plantas medicinais e outras drogas. Um exemplo desse tipo de recursos é uma combinação de folhas de coca, misturadas com um cipó e uma pedra pulverizada à qual dão o nome de chôco. Essa mistura era o único alimento dos Kampa por ocasião das expedições de guerra ou das "correries de Índios", durante as quais era interdito o uso do tabaco ou mesmo o ato de cozinhar, pois o fogo poderia trair a expedição. Verificamos



que a combinação em questão é utilizada ainda, quando das caçadas a longa distância das aldeias ou dos períodos de escassez de alimentos mais prolongados.

O retorno dos homens da pesca, da caça ou do trabalho de madeira, vai encontrar as mulheres esperando, depois de terem realizado as suas tarefas matinais. Varreram o terreiro, limparam e arrumaram as casas, lavaram roupas, conversando alegremente, nas suas respectivas ubás. Cuidaram das crianças e prepararam macachera cozida ou sopa de banana. O pescado ou a peça de caça vai completar essa refeição. Nos períodos de escassez podem passar dias sem que tenham para comer mais do que banana e macachera.

As manhãs da população feminina da aldeia não são dedicadas exclusivamente a tarefas domésticas. O trabalho de colheita e limpeza nos roçados é uma função feminina. Enquanto os homens caçam e pescam, ou derrubam toros de aguano as mulheres tomam o caminho dos roçados de onde trazem bananas e macachera, além de produtos de coleta, obtidos no caminho tais como o cocão e uma castanha que chamam de muru-muru.

Uma parte da manhã e do fim da tarde é gasta com a atividade de criação, de relativa importância na subsistência dos Kampa. Aves domesticadas ou domesticáveis se encontram em quase todos os terreiros das aldeias da Kamparia - galinhas, galos, patos, jacamins e mutuns, suplementam a dieta proteica nas ocasiões festivas ou quando a penúria de caça e pesca chega ao extremo. São muito parcimoniosos com esses recursos, preferindo consumir os ovos dessa criação. Pouquíssimas casas criavam também porcos. Parecem não gostar muito deles, por causa da sujeira. Criam e domesticam outros animais selvagens, como veados, araras e papagaios, pequenos roedores, etc. Todas as tarefas nessa esfera são femininas.

A refeição do meio dia, que não coincide necessariamente com o sol a pino, é feita por cada família conjugal, a qual se podem acrescentar eventuais e frequentes hóspedes, nas respectivas casas. No círculo dos comensais os homens ocupam um arco enquanto as mulheres e crianças se dispõem em outro. Mulheres e crianças comem num prato comum e com as mãos, no que as vezes são acompanhadas pelos homens. Em geral, porém, constatei que estes comiam em pratos separados e eram servidos em ordem hierárquica. A mulher que encabeça o grupo feminino da casa serve os homens - o primeiro prato para o pai, quando este está presente, ou para o marido, em seguida vem os hóspedes do sexo masculino, por ordem de precedência. Eu era servido antes do meu motorista e depois dos homens mais velhos e importantes da casa. Mulheres e crianças são as últimas a se servirem e as mães comem ao

mesmo tempo que alimentam os filhos.

Quando há um estoque de caçuma uma das mulheres, em geral a quela que dirigiu o preparo da bebida, oferece cuias repletas até a borda a cada um dos homens. Depois da refeição as mulheres "fazem a cozinha", enquanto os homens permanecem deitados em esteiras ou redes, no interior das casas fumando, conversando ou tirando uma sesta.

A tarde, passadas as horas do sol mais forte, é dedicada às roças. Isto não significa, porém, que este seja o único período do dia dedicado à essa tarefa. Durante a estação seca, por exemplo, quando se faz a derrubada, queimada e sementeira dos solos florestais, as manhãs são também dedicadas à horticultura. Esta constitui a parte mais substancial da alimentação Kampa, responsável pelo fornecimento do estoque principal de calorias a essa população.

A maior parte das chacras (denominação que os Kampa dão às suas roças, por influência peruana) cobrem uma superfície de aproximadamente 1/4 de hectare. Em geral, são adjacentes ao próprio assentamento do grupo. Com o tempo, porém, tendem a afastar-se dele, em função do esgotamento de solos. Alguns informantes afirmaram que faziam novos roçados a cada ano. Em algumas ocasiões replantam o solo depois da primeira colheita.

O trabalho de derrubada, queimada e plantio é uma tarefa masculina, realizada pelo homem de cada família conjugal, contando as vezes com a cooperação dos filhos. Observei que, em certos casos pai e filho tinham roças comuns. Isto parece acontecer quando o pai é viuvo ou quando o filho adulto ainda não está casado. A parte disso existe um elevado grau de partilha do produto, pois, famílias recém chegadas podem não ter ainda roças produtivas. Irmãos, cunhados, sogros e genros se auxiliam nestas circunstâncias, assegurando uma reciprocidade da qual se poderão valer por sua vez.

A Kamparia cultiva, banana, arroz, milho, vários tipos de feijão, algodão, amendoim e macachera. Esta e as bananas constituem a base da sua dieta calórica.

Muitas outras plantas são conhecidas e cultivadas, para fins variados. Árvores frutíferas, tais como goiabeiras, limoeiros, laranjeiras e mamoeiros se encontram na maior parte dos estabelecimentos Kampa. Alguns cultivam tabaco, cana-de-açúcar, inhame e batata doce. No período das vazantes, aproveitam os solos aluvionais que cobrem as praias para plantios de colheita rápida, como as melancias.

A tarefa de limpeza dos roçados e a colheita cabem às mulheres, embora estas possam contar, por vezes com o auxílio dos homens da casa. Essa eventualidade ocorre quando se trata de bus

car produtos das roças distintas, dos assentamentos abandonados. Calcula-se que um assentamento Kampa se desloque a cada dois ou tres anos (Denevan, 1974).

Nas chacras da Kamparia encontrei também plantação de huaca, barbasco e pimenta.

Durante as tardes as mulheres retomam os seus trabalhos de fiação e tecelagem de kusmas. Transformam o algodão cru em fios que armazenam em carreteis. Tingem esses carreteis utilizando corantes vegetais (aguano, por exemplo) ou a tintura de tecidos da sociedade nacional cujas cores não são firmes. Os fios são tecidos, resultando daí peças de pano de cerca de 3 metros de comprimento por 1 metro de largura, com padrões de listras mais ou nos largas.

Ao final da tarde, após terem retornado os homens prepara-se a última refeição do dia. Depois do banho de rio e da pintura as famílias se reúnem para comer. A noite, depois da refeição se gasta fumando, conversando ou enfiando colares, fabricando flechas, contando histórias.

## 5.2. A Sociedade Kampa

### 5.2.1. Parentesco e Estrutura Social

As observações a respeito da estrutura de parentes de dos Kampa, consideradas as limitações de tempo do trabalho de campo e do domínio do instrumental linguístico do grupo, permitem uma visão, em linhas gerais, da sociedade em questão nesse domínio. Convém lembrar que para a sociedade Kampa as relações de parentesco constituem uma linguagem tão importante para a estruturação e para o funcionamento da sociedade, quanto para qualquer grupo indígena.

Os regionais - seringalistas, madeireiros, autoridades civis, militares e eclesiásticas, que nos tinham fornecido as informações preliminares sobre os grupos indígenas do Alto Jurá, foram unânimes na afirmativa de que se tratava de caboclos "civilizados".

Eram cristãos como nós, casavam e constituíam família, eram muito afeiçoados aos seus parentes. Como nós, tinham cunhas, e às vezes, matavam-se e suicidavam-se por causa deles.

Veríamos ainda, alguns hábitos estranhos tais como a poliginia e a pintura corporal, mas no todo já se encontravam distantes do seu passado de "selvagens" afeitos à guerras e aos morticínios. Tendiam a vestir-se como nós, falavam português, bebiam cachaça e dançavam nos forrões. Trabalhavam para obter e consumir produtos da sociedade nacional.



A poliginia constitui, para os regionais, um dado pitoresco, do qual os homens falam com um misto de inveja e galho-fa. Esse tipo de arranjo, no entanto, não é de nenhuma maneira estranho à sociedade regional. Nos seringais mais distantes, principalmente nos centros (isto é, longe das margens) encontramos tipos variados de arranjos, garantindo a distribuição de serviços - sexuais e domésticos, que vão da poliginia à poliandria ou variam da infidelidade conjugal sistemática à simples promiscuidade.

A imagem que nos quizeram transmitir dos índios estava eivada de pieguices (do gênero "bom selvagem") ou preconceitos, oriundos de etnocentrismos e equívocos de interpretação que tomavam o que era pelo que parecia ser. Assim, falar dos Kampa como civilizados significa nada ter percebido do que realmente se passa.

A distância que separa esses grupos da sociedade e da cultura envolvente é dada, entre outros fatores, pelo grau de efetividade dos princípios estruturais que governam a sociedade - Kampa. Dentre eles o sistema de parentesco é decisivo, tanto como princípio ordenador da vida social, quanto pelo caráter de linguagem através da qual se formulam os preceitos sociais, as versões míticas e cosmológicas, os conflitos e a integração das pessoas - nos grupos e dos grupos entre si.

Uma ilusão, essa de que os Kampa são como nós quanto ao parentesco (excetuada talvez a instituição do compadrio). Essa ilusão, entretanto, tem uma razão de ser e é plausível na medida em que a família conjugal funciona entre os Kampa como unidade institucional do parentesco.

Em geral as famílias conjugais são monogâmicas. Encontramos casos de poliginia, sempre associados com homens mais importantes. Samuel, Henkoru e Kitora (em outros tempos) são exemplos significativos neste sentido. Sugiro que a poliginia possa estar relacionada com a posição masculina como caçador, homem de muitos parentes e guerreiro (outrora).

#### a) Casamento e residência (ver quadros A e B)

Os meus informantes deixaram entrever um quadro mais ou menos claro dos princípios de funcionamento do parentesco entre a Kamparia. Como o tempo para observar a atualização do sistema, foi muito restrito, apresento apenas aquilo que de acordo com os discursos dos informantes, constitui o padrão ideal, acrescentando informações pertinentes.

Em princípio, a regra de casamento estabelece os primos cruzados reais ou classificatórios como cônjuges preferenciais. Isto se traduz, na terminologia, pela equação dos termos para primos

cruzados com aqueles que se usam para designar os cunhados. Além disso, a terminologia para irmão da mãe e irmão do pai se equaciona com os termos para sogro e sogra.

Aventuro a hipótese de estarmos diante de um sistema de duas seções. De acordo com Weiss (1974, A) não há, nas populações Kampa, famílias extensas, linhagens, sibs ou metades. Quanto ao último item penso que valeria a pena verificá-lo. Os anteriores parecem realmente inexistir, pois não localizei nenhum indício que os apontasse mesmo remotamente.

O declínio demográfico considerável do grupo, bem como a sua dispersão, podem ser responsáveis pela inconsistência na atualização dessa regra de casamento. Verifiquei que em muitos casos os cônjuges postulavam a relação de primos cruzados, independentemente da realidade genealógica e/ou classificatória. É provável, ainda, que outras formas de manipulação pertinentes para a vida social dos Kampa intervenham na aplicação prática do sistema.

O casamento resulta de acordo com dois dos meus informantes, de um entendimento formalizado entre os pais (cunhados) ou entre o pretendente e o pai da mulher. São frequentes os casamentos pré-pubescência. No plano sexual, porém, são consumados somente após o rito de passagem da primeira menstruação da moça.

A observação de Weiss, a respeito da instabilidade das uniões matrimoniais, teria de ser verificada à luz de dados quantificados, os quais não possuo. Existe uma forte possibilidade, no entanto, de que esteja correta, pois eu mesmo tive notícia de vários casos de divórcio de casais relativamente jovens.

A regra de residência é matrilocal. Neste ponto os meus dados diferem de Weiss, e mais ainda as minhas premissas de análise. Em primeiro lugar, os meus informantes deram como norma que "quando um Kampa casa, deve ir morar perto do sogro". O fato de se constatarem exceções a essa regra não significa, em absoluto, que ela não exista como norma. Apenas não convém confundir o padrão ideal com a sua verificação empírica para todos os casos.

b) O sistema de parentesco (ver quadros A e B)

A terminologia de parentesco Kampa parece indicar um sistema de duas seções, de acordo com o padrão iroquês. Weiss apresenta evidências no mesmo sentido (Weiss, 1974 A), mas a sua terminologia difere, em alguns pontos, da que eu recolhi no Amônea.

Para Ego feminino, as duas gerações alternadas, ascendente e descendente, não se equacionam, embora se indistinguam lateralmente - aãpi e amêny, para os "avós" e nunxãri e nunxão, para a geração dos "netos".

Para Ego Masculino, entretanto, a terminologia para as gerações alternadas, ascendente e descendente, indiferencia-se e se equaciona: os "avós" são txarĩni e ixêny, da mesma forma que os "netos".



### 5.2.2. Informações culturais

Os Kampa são do grupo linguístico aruaque e falam dialetos de uma língua que se encontra difundida desde o território acreano até os contrafortes dos Andes no Gran Pajonal. Todos usam sua língua como uma arma. Ela serve para protegê-los dos regionais cujo código cultural se impõe nas relações com a sociedade nacional. O índio ou caboclo como é chamado, não manipula, com a necessária eficiência os domínios da cultura nacional, relevante na situação de contato que prevalece na região. Fala muito mal o português e o utiliza apenas para comunicar-lhe naqueles assuntos que são importantes para a manipulação da situação de contato.

A gíria lhes fornece um escudo por trás do qual luta para não se deixar enganar, nas trocas ou pagamentos, e para se resguardar nas situações de inferioridade, humilhação ou ridículo. A exclusividade do código é, ainda, guardiã dos valores que estão associados com ele. Ele torna possível marcar e manter uma distância social que protege o portador desses valores. A perda de domínio desse código linguístico afasta os indivíduos, irremediavelmente da sua cultura, empurrando-os em direção de um processo de integração desfavorável na sociedade nacional.

Muitos Kampa manifestaram o desejo de aprender melhor o português. Ler, escrever e contar são habilidades de cuja aquisição esperam melhores condições nas suas barganhas com os patrões da região.

Falam muito, em certas ocasiões, mas se expressam sempre de maneira contida. Não têm grandes efusões verbais, gestuais ou afetivas. Cumprimentam o visitante com a pertunta - Já chegaste? Ao que este responde, sem nenhuma emoção visível - Estou chegando. Quando a distância social entre o visitante e os visitados é maior, os que recebem se aproximam de quem chega, põem-lhe a mão no ombro e pergutam - É você? ao que o visitante deve responder - Sou eu. (Ver a propósito Weiss, 1974 A).

As pessoas acompanham com os olhos, das suas casas, e sem interromper seus afazeres, os que chegam e os que partem. Os que chegam são recebidos como se jamais se tivessem apartado e a despedida dos que se vão parece a de quem vai para voltar já.

Essa economia de expressão confere à Kamparia uma postura que é um mixto de dureza e contenção orgulhosa. As vezes chegam a ser impassíveis, assumindo um aspecto hierático realçado e composto pela túnica de algodão cor de aguano - a kusma. Esta é enfeitada por colares de contas silvestre que se compõem, como cachos para as mulheres, e como feixes de cordões, em bandoleira, para os homens.

Pintam o rosto com uma tintura vermelha a que dão o nome de potótse. Carregam-na, da mesma forma que o tabaco, em pequenos estojos de bambu com tampa de folha de milho. Homens e mulheres se pintam pela manhã e ao anoitecer, depois de se banharem no rio. Duas adolescentes, respectivamente filha e neta do velho Samuel, não se pintavam porque tinham "vergonha" segundo me disseram alguns informantes. Assim mesmo por ocasião das caicumadas e rituais de ayhuasca vi ambas com pintura de achiote (*Bixa orellana*)

Alguns usavam tatuagens. Com o tempo descobri que eram mais do que eu pensava. Quando descobriram meu interesse começaram a mostrar e comentar suas tatuagens. São feitas com agulha e espinho de palmeira e fuligem de lamparina para colorir o desenho. A face interna do antebraço e o rosto são os lugares preferenciais das tatuagens, que representam desenhos abstratos de traços, pontos, setas e áreas cujo sentido parece estético, como também o da pintura facial. Ao menos essa é uma hipótese viável, pois os informantes responderam sempre negativamente às indagações a respeito do que "querem dizer" ou "para que servem". "Prá bonito" era a resposta invariável, mas não tenho certeza da sua confiabilidade.

#### 5.2.2.1. Autoridade, poder e virtudes guerreiras

De início observei que os regionais atribuíam a determinados índios a qualificação de curaca, palavra de origem quêchua que designa o superior de uma aldeia, ou seu chefe. Como dificilmente essa designação poderia ser o resultado de um conhecimento teórico das comunidades indígenas do Altiplano Andino, a minha suposição era de que se tratasse de um termo utilizado pelos próprios Kampa.

E assim é efetivamente, como as observações no terreno acabaram confirmando a hipótese, mas a partir delas surgiram também alguns problemas. Quem era curaca, porque ocupava esse posto e qual seria a sua autoridade, posto que a tivesse? Responder a essas questões significa dar conta do sistema político das comunidades Kampa, o que não seria possível com um período tão restrito de trabalho de campo.

Apesar disso algumas observações indicativas puderam ser feitas, destacando as linhas gerais de um padrão que encontra confirmação nas análises de Weiss (1974 A) e que é consistente com outros traços da estrutura social desses grupos. Apresento essas observações, mesmo que precárias e esquemáticas, pois considero-as relevantes para a compreensão das relações dos Kampa entre si e com a sociedade regional.

Em primeiro lugar, a posição de curaca não corresponde a um cargo. As perguntas sobre as funções de koraka,

sobre a maneira pela qual alguém vem a ocupar essa posição, encontraram sempre respostas evasivas como se não tivessem sido compreendidas. E realmente não o podiam ser. Os pequenos grupos nos quais a nação Kampa está fragmentada constituem unidades autônomas do ponto de vista político, pois não parece nada que se pareça com uma organização política no nível tribal. Qualificar a situação de Kamparia, quanto à organização política de "anarchical and quite amorphous" (Weiss, 1974 A) não parece correto, pois se limita a afastar um problema rotulando-o.

Em segundo lugar, não existindo cargo, a chefia não é nem hereditária, nem vitalícia. Por isso fica muito difícil perceber as condições que determinam o acesso de um homem à posição de curaca e as determinações desse papel no sistema cultural Kampa. Das minhas observações, deduzi variáveis que estão relacionadas com o acesso à posição de curaca.

Tomemos como referência os dois curacas da Kamparia, na região - Kitora, no Breu e Samuel no Amônea. Ambos são homens velhos, nos seus setenta anos, talvez. Samuel tem duas mulheres e Kitora (os dados de parentesco o sugerem) teve mais de uma mulher. Em torno de ambos se concentra uma parentela considerável, abrigando, cada uma das aldeias, no mínimo, quatro ou cinco famílias conjugais. Os dois possuem renome como guerreiros, estabelecido nos tempos das "correrias de índios".

As razzias dos Kampa sobre outros grupos indígenas fizeram-nos temidos e respeitados. Muitos regionais observaram que o tratamento dos Kampa como índios era injusto, pois, se não fossem eles, os estabelecimentos cariu da área continuariam expostos aos reides de pilhagem e morticínio dos Amahuaca e de outras tribos de região limítrofe com o Peru. Os Kampa são o antídoto para a presença agressiva de indígenas nas proximidades da frente de expansão regional.

O respeito e o temor de que a Kamparia goza vem de suas virtudes guerreiras. São arqueiros incomparáveis e guerreiros temíveis que contam não só com a sua habilidade no manejo de arco e flecha, mas também com uma extraordinária resistência e com uma arte consumada de aproximação e surpresa. Um exemplo desse tipo de recurso é uma combinação de folhas de coca, misturadas com um cipó e uma pedra pulverizada (denominada chôco). Essa mistura era o seu único alimento por ocasião das expedições guerreiras ou das "correrias de índios", durante as quais era proibido fumar e/ou acender fogos (para cozinhar e aquecer-se), - que poderiam revelar a expedição ao inimigo. Verifiquei, por informações colhidas, que a mistura referida é utilizada ainda nas



caçadas à longa distância ou nos momentos de penúria de alimentos.

De Kitora e Samuel se diz que foram "matadores" - Cáyeri. Além disso, tem muitos parentes, "sabem" beber ayahuasca, são caçadores (ou foram) excelentes, homens sábios que curam doenças (através de práticas xamanísticas com alucinógenos).

O curaca tem uma posição determinada pelos seus laços de parentesco, pelo seu prestígio como caçador e guerreiro, além das suas qualidades de detentor de saberes importantes no domínio da cultura Kampa. Esses fatores lhe conferem uma capacidade de aglutinar e liderar. O desempenho de suas funções de líder, no entanto, está para ser observado e analisado em conexão com os outros domínios do social entre a Kamparia.

O papel de curaca parece desempenhar uma função importante na gramática das relações de contato com a sociedade nacional, merecendo, neste sentido, uma análise mais cuidadosa.

#### 5.2.2.1. Festas e Danças

Durante a minha permanência na aldeia de Samuel, tive a oportunidade de assistir a uma caiçumada. A bebida, feita de macaxeira cozida e macerada, alcança um certo teor alcoólico por fermentação. É distribuída por uma mulher - a responsável pelo fabrico da bebida, a homens e mulheres. Cada pessoa recebe uma cuia a transbordar e deve esvaziá-la, parâmetro do bom bebedor que é apreciado e festejado.

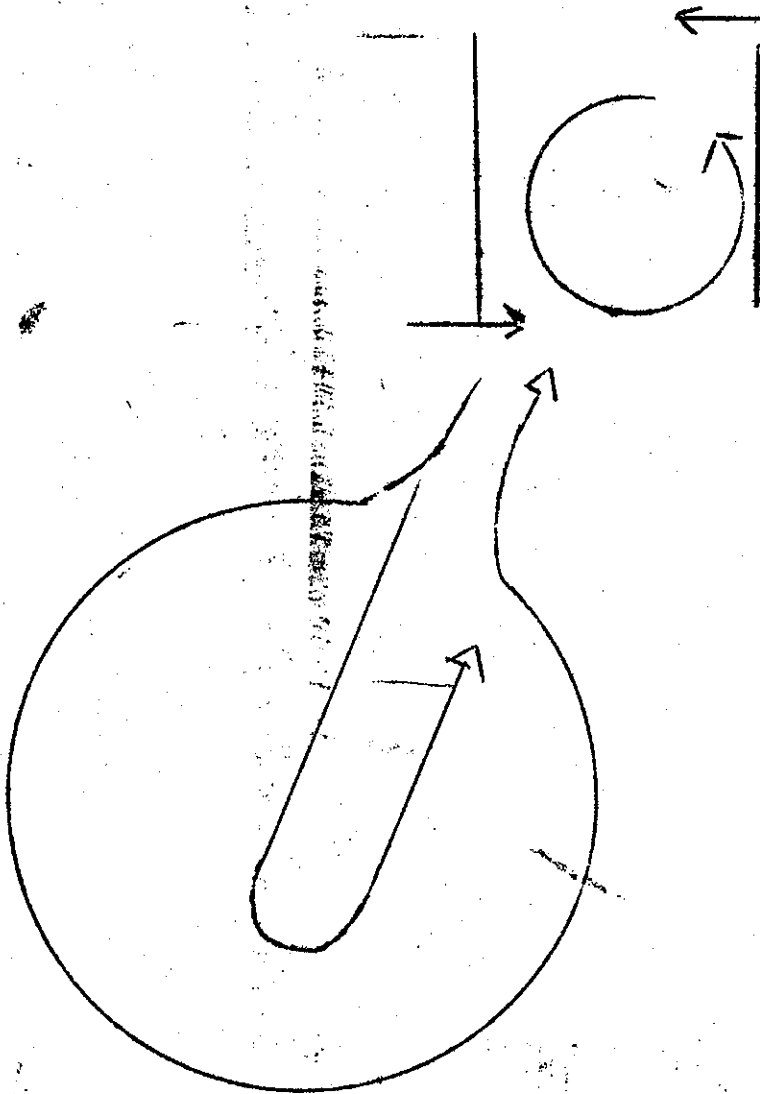
Homens, reunidos num grupo, e mulheres, formando outro, beberam até ficar altos. Todos faziam uma enorme algazarra e a contenção do cotidiano se transformou numa jocosidade generalizada. As mulheres bebiam e fumavam (o que não as vi fazer no cotidiano) tanto quanto os homens. Além disso me dirigiam a palavra em português, fatos insólitos ambos, pois, em geral, são muito reservadas com estranhos (ainda mais sendo cariu) e não gostam de falar português mesmo quando sabem e podem fazê-lo.

Os homens promoveram uma demonstração de tiro, com arco e flecha, Muito envaidecidos com a minha preocupação em registrar o acontecimento, deixaram-se fotografar em pose de atiradores. Deram mostras de uma incrível precisão e coordenação de tiro, plantando suas flechas em linha, com espaços de um metro, entre uma e outra, a uma distância de cem metros.

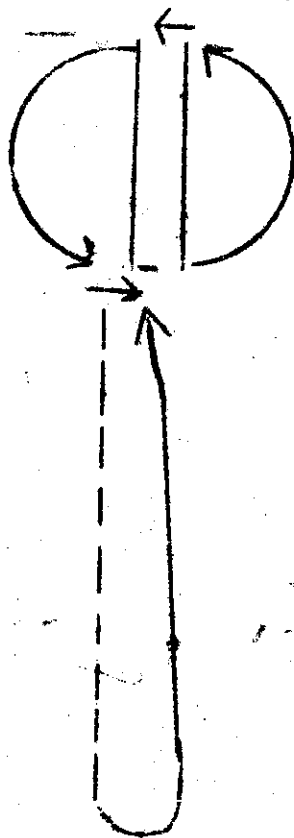
Conversei com a Pití, minha informante, sobre as danças da Kamparia por ocasião das caiçumadas. Infelizmente não foi possível vê-las, porque havia pouca gente na aldeia

(três famílias fugiram da gripe, rio acima). Ainda assim ela explicou que:

- (1) As mulheres dançam no espaço entre as casas, formando uma roda, com os braços passados por cima dos ombros umas das outras, girando. Depois se separam para formar duas linhas (uma de frente para a outra) que se aproximam e afastam sucessivamente.



- (2) Os homens, formando uma fila (puxada por tambores e flautas de taquara), afastam-se desse círculo de mulheres, a passo lento e cadenciado, para o terreiro e retornam de súbito e correndo. As vezes formam duas linhas que se aproximam e afastam, para, em seguida, reconstituir a fila e reiniciar a movimentação descrita.





### 5.2.2.3. O Ritual da ayahuasca

O consumo de uma bebida ritual alucinógena na chamada ayahuasca (Banisteriopsis caapi sp.) tinha sido uma referência constante dos regionais que Anthony Seeger e eu entrevistamos, buscando informações sobre os grupos indígenas da área. Alguns tinham mesmo experimentado essa bebida e falaram de alucinações e "viagens" nas quais teriam visto pessoas e regiões distantes.

Obter informações a respeito desses rituais com os próprios Kampa foi, inicialmente, difícil. Desviavam-se do assunto, respondiam com monossílabos ou diziam que o ritual e a bebida existiam sim, mas que não tinham o cipó (porque não havia naquela área) e que os outros grupos (jamais o do informante) é que faziam a "festa da ayahuasca".

O grupo de Samuel, no entanto, desde a primeira vez em que os reuni para gravar cantos, além das músicas de caçumada e das eventuais canções peruanas e/ou brasileiras, cantaram, predominantemente, belíssimas canções de invocação a kamãrampi ou hananerotsa a "mãe da ayahuasca".

Ao final da minha estada assisti a um ritual de ayahuasca. Descrevo esse ritual de forma breve e esquemática:

- (1) Samuel preparou a bebida num fogo improvisado, perto do terreiro, onde mais tarde se realizaria o ritual. A bebida é uma decocção do cipó machucado, disposto na panela em camadas alternadas com folhas de semiloca. Após duas horas de cozinhar é retirada do fogo para esfriar.
- (2) Em seguida Samuel, Irãndji e Nopi (neta e nora respectivamente) prepararam o terreiro, cortando todos os tufo de erva e varrendo-o até que estivesse muito limpo.
- (3) Ao por do sol todos se banharam no rio, vestiram kusmas limpas e se pintaram com cuidado e capricho. Irãndjo, que não se pintam normalmente, porque tem vergonha, cumpriram esse processo de preparação para o ritual.
- (4) Todos foram tomar a refeição da noite juntos, em casa de Samuel.
- (5) Depois de a noite cair, inteiramente, Samuel estendeu uma linha de esteiras no terreiro, preparou um brazeiro e pôs a panela de bebida no chão, em frente de sua esteira. Todos tomaram assento. Fomos advertidos de que durante o ritual não se falava nem se acendiam fósforos.
- (7) Com todos sentados, de costas para uma lua cheia que despontava, Samuel distribuiu a primeira rodada de cuias, depois de

ter bebido a sua. Passaram-se cerca de 10 ou 15 minutos em ab  
solute silêncio, quando Samuel começou a contar. Aos poucos  
os demais entraram, contrapontando o canto de Samuel.

- (8) Todos fumavam e, às vezes, se abanavam com as suas kusmas  
causa do enjoo que a bebida provoca) ou se levantavam para  
vomitar longe dali.

### 5.3. As Relações Externas dos Kampa

Para compreender as relações que a Kamparia mantém com quaisquer elementos não-Kampa na região do Alto Juruá é preciso esboçar o sistema de identidades étnicas aplicado nesse relacionamento. A dicotomia básica para a orientação das relações interétnicas é a oposição entre cariu e caboclo, que não corresponde à oposição branco-índio. A terceira categoria, em elipse, é a do índio, considerada ofensiva por todas as populações indígenas da área que recusam as implicações de não-civilização inerentes a essa categoria. Os índios são "aqueles do mato, que são brabos e fazem muita morte"

Dentre os caboclos os Kampa se distinguem como os axaninka o povo de companheiros, o povo amigo. Conhecem os outros grupos da região e o velho Samuel se deu ao trabalho de declinar uma série de denominações tais como caxinãua, jaminãua, kolina e amahuaca. Quando falam de outros caboclos os Kampa o fazem num tom entre neutro ou constatatativo e depreciativo. Um deles nos disse, perguntando pelas relações do grupo com os caxinãua - "Eu não gosto esses caxi!" São respeitados e temidos pelos outros grupos e sabem disso.

Os cariu se dividem em brasileiros e peruanos. Os primeiros são vistos numa ótica hiper-realista, atribuindo-se-lhes um conjunto de más qualidades as quais, apesar de corresponderem a vivência dos Kampa (no contato com os regionais), se apresentam exageradas e expurgadas de relatividade. Os brasileiros não prestam e não são nada dos Kampa, ao passo que os peruanos são "muito melhores" (ou como definiu uma de minhas informantes "são compadres de nós") e parecem ter conservado exclusivamente os traços positivos da identidade cariu.

As relações dos Kampa com os patrões do Breu (Da. Ernestina) e do Amônea (Getúlio do Vale, Tertuliano Pereira Lopes, Tofo e José Sara) e do Juruá (Kalila Sara) não apresentam tensões agudas. Na realidade isto se deve não a uma hipotética lisura ou cordialidade dos patrões para com a Kamparia mas à maneira estóica que esta tem de enfrentar os problemas advindos dessas relações. São explorados no seu trabalho e nas suas transações comerciais porque ignoram o sistema de valores que nos rege. Um campo de gado de cerca de 3 hectares, trabalho de um ano e meio, foi pago ao grupo de Kampa com 750 cruzeiros. Um roçado de 50 paneiros de farinha custou ao patrão - um kilo de açúcar, outro de sal e uma garrafa de querosene. A Kamparia do Alto Amônea adquiriu um motor pelo qual já pagou ao patrão inúmeros toros de madeira, mas a cada estação de chuva descobre estar devendo "ainda mais outro toro".



A reação do grupo é a sua constante mobilidade. Os Kampa estão sempre procurando um "patrão melhor" para o qual pretendem "tirar madeira e botar roçado ou campo". A decepção. A decepção fá-los migrar. Embarcam nas suas ubás com mulheres, filhos e seus poucos haveres seculares e partem em busca de outro patrão, em outra área da região, até que sejam novamente enganados e lesados, pois no final das contas está sempre um saldo devedor. Vale relatar que, no Amônea, um dos patrões lança apenas a mercadoria adquirida e só lança o preço quando do ajuste de contas que é sempre feito ao preço do dia para os produtos do patrão e ao preço da véspera (as vezes mais de ano) para o freguês.

A assistência médico-sanitária é praticamente nula. Depende da boa vontade de alguns poucos regionais que mantêm com eles relações de simpatia, ou da eventualidade de uma compra de remédios que são caríssimos (quando existem). Os Kampa do Amônea recorrem às vezes ao posto de enfermagem do destacamento do 7º BEC em Vila Taumaturgo. Jamais foram vacinados e eu mesmo constatei a presença ou a virtualidade de doenças como hepatite, bronquite, sarampo, gripe, escabiose, etc. entre eles. A febre amarela passou pela região e dizimou a Kamparia do Amônea. A malária persiste, apesar da atuação da SUCAM. É preciso acrescentar, entretanto, que não pude detectar casos de desnutrição que são frequentes entre a população regional.

Escolas ou não existem ou são exceções que confirmam esta regra. Alguns Kampa - como Cláudio e Elvira. Cesar Peres e Matyãs, fizeram curso de alfabetização no Remanso, com Ramiro Ananias que é professor do Mobral. Querem aprender a ler, escrever e contar para não serem enganados pelos patrões. As cartilhas do Mobral, porém, fazem pouco sentido para um caboclo Kampa do Alto Juruá.

A assistência religiosa, que me parece secundária e dispensável, resume-se à visita bissexta de padres em viagem de desobriga. Além disso existe a festa anual do Novenário que se realiza de 14 a 20 de janeiro e aglutina uma parte considerável da população cariu e cabocla do Alto Juruá.

#### 5.4. Sugestões para uma política indigenista

A Kamparia do Breu e do Amônea soma, aproximadamente, 160 pessoas. Como se trata de uma população jovem e com um grau elevado de vitalidade, talvez seja possível contar com um crescimento razoável a médio prazo. Para este podem contribuir, além do crescimento vegetativo, as frequentes migrações da Kamparia. Até o presente momento o sentido predominante desses fluxos aponta para o Peru. Este exerce grande atração sobre os Kampa, por dois motivos cujo peso específico não foi possível avaliar: a presença da maior parte do grupo Kampa na Bacia do Ucaialy e as condições favoráveis de existência que a Kamparia alega existirem na Amazonia Peruana.

O esvaziamento da fronteira brasileira na região do Alto Juruã pode ser considerado uma possibilidade. O velho Samuel e sua gente, por exemplo, mencionaram seguidamente a vontade de se transferirem, em caráter definitivo, para o Peru.

Considerando a totalidade do levantamento feito, sugerimos uma política indigenista cujas linhas gerais e detalhes esboçamos na introdução e nas conclusões deste relatório.

De específico, gostaria de acentuar a necessidade de se demarcar para os Kampa uma área de terras na qual se encontrem estoques de madeira de lei (cedro e aguano), caça abundante e terras de cultivo. As tres coisas são fundamentais para a subsistência do grupo que se nutre de caça, vende madeira e consome e vende, oportunamente, produtos agrícolas.

A área ideal para a demarcação, por satisfazer aos requisitos postulados, abrange o quarto superior da Bacia do Amônea do Igarapé Taboca até o marco divisório. Os detalhes da localização podem ser observados no mapa em anexo. Outra virtude desta área reside na insignificante presença de regionais, o que facilita ainda processo de demarcação. Esta situação não tende a perdurar, pois os primeiros sinais de operações de grilagens de terras já se faziam presente na ocasião em que visitamos a região.

## Conclusões

Em vez de recapitular o que já foi escrito sobre cada grupo neste relatório, achamos mais útil esboçar um plano de atuação indigenista na região do Alto Juruá, no município do Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Essas recomendações foram apresentadas, sumariamente, no início do relatório, e qui aparecem ampliados e concretizadas.

### Plano a Curto Prazo

A curto prazo, problemas imediatos de saúde e ocupação de terras terão que ser enfrentados. Nossas sugestões são as seguintes:

1. O fortalecimento da Ajudância da FUNAI no Acre, tendo em vista que as medidas a serem tomadas, a prazo curto, dependem diretamente da capacidade de atuação dessa agência. O fortalecimento desta quanto a recursos e pessoal é, neste sentido, da maior importância e urgência. Devem ser procuradas pessoas que realmente querem trabalhar neste Estado, que podem enfrentar dificuldades (dos tipos descritos) com imaginação e determinação, tal como as pessoas que se encontram, atualmente, na Ajudância.
2. A FUNAI deve agir rapidamente, no sentido de uma transformação das terras, indicadas neste relatório, através de demarcação, em áreas indígenas de direito através das gestões jurídicas e burocráticas cabíveis. A situação de terras está mudando rapidamente na região do Alto Juruá; a maioria das terras são (oficialmente) devolutas, terras da União. O Incra não começou ainda a agir nessa área, embora tenha programas ativos mais perto de Cruzeiro do Sul. Tendo em vista a compra de terras por grupos agro-pecuaristas do sul, é imperativo que a FUNAI comece logo a pleitear essas terras em nome dos grupos indígenas que dentro delas residem.
3. Existe a necessidade premente de um programa de vacinação, especialmente contra febre amarela, sarampo, coqueluche, e tétano. Nós conversamos com a diretora do Projeto Rondon em Cruzeiro do Sul, Dra. Eunice Onishi. Esta se prontificou a fazer este serviço a pedido da Presidência da FUNAI, recursos necessários como combustível e material de vacina. Ela já presta serviços aos grupos indígenas mais próximos. Possui uma boa infra-estrutura com embarcação, dormitórios, e conhecimento da região. Qualquer projeto feito em convênio com ela deve ser supervisionado pela Ajudância do Acre.



4. Durante nossa viagem, ouvimos queixas dos Kaxinaua de pressões exercidas sobre eles por parte do encarregado (e, indiretamente, da seringalista Dona Ernestina); estão com medo de uma expulsão do grupo do Seringal Jacobina. Esta deve ser evitada através de uma fiscalização. Ouvimos as mesmas queixas com respeito aos Arara-Jaminaua os quais disseram que sua desintegração como grupo se deu por causa do encarregado do seringal Breu, Francisco Praxades Bessa. Eles estão com medo também da expulsão dos últimos membros do grupo dessa área que, dizem, é o lugar de nascimento de todos eles.

Os índios Kampa reclamam mais da falta de um "bom patrão" do que de expulsão, mas com a nossa chegada ao Alto Juruá as pressões sobre os Kampa podem aumentar também.

Há assim, uma necessidade urgente de fiscalização para evitar a expulsão dos grupos indígenas das áreas que atualmente ocupam - e que em certos casos, estão sendo pleiteadas como terras indígenas. Uma vez essas sugestões estão conhecidas, vai crescer a grilagem de terras nas áreas. Uma presença inicial fraca da FUNAI na região pode acelerar a expulsão dos grupos e ocupação das áreas vitais para as populações indígenas do alto Juruá.

Essa fiscalização poderia ser feita através de um convênio informal com as autoridades civis e militares da sub-prefeitura sediada em Vila Taumaturgo, o vice-prefeito, Sr. Manoel Rodrigues de Araújo, já visitou a Ajudância do Acre por sua própria iniciativa. Este sub-prefeito, que é também o delegado, nos parece, em virtude das suas atribuições, capaz de preencher um papel importante neste sentido. Ainda assim, é preciso apontar a complexidade de tarefa, em virtude do jogo de pressões ao qual estas autoridades estão expostas por parte dos patrões regionais.

5. Existem sinais claros de um processo de espoliação do trabalho e dos valores do trabalho dos índios Kampa--histórias a respeito de não pagamento de dívidas para com eles, por parte dos fazendeiros e seringaristas. Os grupos Kaxinaua e Arara-Jaminaua estão dentro do sistema do barracão no seringal, e os seringueiros regionais com quem falamos acharam que estavam sendo tratados pior do que eles, os regionais. A mera presença da FUNAI na região não vai diminuir um pouco essa prática, especialmente se a Ajudância do Acre se converter como um lugar de autoridades competentes para mandar reclamações pertinentes quanto à situação dos indígenas.

#### Plano a Médio Prazo

Os Kaxinaua, Arara-Jaminaua, e Kampa foram unânimes em reclamar não sobre a falta de terras para plantio mas sim sobre a

57  
25  
falta de um "bom patrão". Eles todos querem meios de obter bens industrializados que acham necessários para sua vida - sal, fosforos, munição, etc. Os membros dos grupos indígenas no Acre movimentam-se muito, primordialmente em função da busca de um "bom patrão": quem tem muito e dá com generosidade. Por isto, achamos sem interesse para os índios, e para uma política indigenista no Acre, o estabelecimento de áreas indígenas não dotadas de alguma forma capaz de preencher o lugar do "patrão". "A FUNAI vai precisar ser um "patrão", no início. Um patrão é essencialmente um intermediário que traz mercadorias de Cruzeiro do Sul para as cabeceiras, a través do qual os grupos vendem seus produtos extrativos, e que cuida dos "clientes" quando esses estão doentes ou precisando de algo. Este é um papel que a FUNAI preenche, em outras áreas, com postos de atração e postos indígenas. Nessa região, com os grupos indígenas já inseridos de maneira periférica na economia regional, o papel tem que ser mais atenuada.

Isto não quer dizer que a FUNAI deva "tirar o couro" dos dos índios. Mas, se demarcar reservas sem atender os pedidos dos índios no sentido de uma atuação patronal (como descrita acima) os índios vão sair das áreas demarcadas indo para onde haja um patrão, com resultados desastrosos para sua integridade sócio-cultural. Por esta razão proponhamos que, a médio prazo, o estabelecimento de áreas indígenas seja acompanhado de projetos de "desenvolvimento comunitário".

1. O Caso dos Kaxinaua. No caso dos Kaxinaua, recomendamos que um projeto amplo seja iniciado no Rio Jordão, facilitando a transferência voluntária do grupo de Kaxinaua do rio Breu para terras demarcadas e garantidas do Jordão. Os membros deste grupo cortam seringa.

2. O caso dos Arara-Jaminãua. Neste caso, propomos uma reserva nos seringais Bajê e Divisão, lugar antigo desse grupo. Há madeira de lei e seringa na região. Antes da chegada de estradas vai ser difícil a exploração de madeira, por causa do tamanho reduzido dos igarapês nessas cabeceiras do Tejo. Mas um intermediário, vendendo seringa talvez funcionasse. Uma outra alternativa - seria a mudança para o rio Juruã-Mirim onde o transporte é mais fácil e outros tipos de projetos seriam imagináveis. Mudariam, provavelmente, se um projeto estivesse funcionando bem naquela área.

3. O caso dos Kampa. A área designada para os índios Kampa é de terras devolutas, quase sem regionais, e com bastante madeira de lei que os Kampa poderiam explorar numa fase inicial. Eles já produzem certos gêneros agrícolas para venda em Taumaturgo, e poderiam continuar este tipo de atividade.

85  
26

As áreas indígenas que indicamos neste relatório, são áreas que nos pareceram corresponder, não apenas às suas necessidades, mas também às suas aspirações, concretamente manifestadas e justificadas. É sempre possível (aliás, provável) que um ou outro indivíduo uma idéia diferente do que propomos. Devido ao curto período no campo e aos problemas de locomoção, não pretendemos ter conhecimento total e tão pouco negaríamos a possibilidade de que membros deste grupo mudem de idéia sobre as terras desejáveis. Mas nos dois casos em que pleiteamos terras, são terras de ocupação indígena antiga e de uso e residência atual de grupos indígenas.

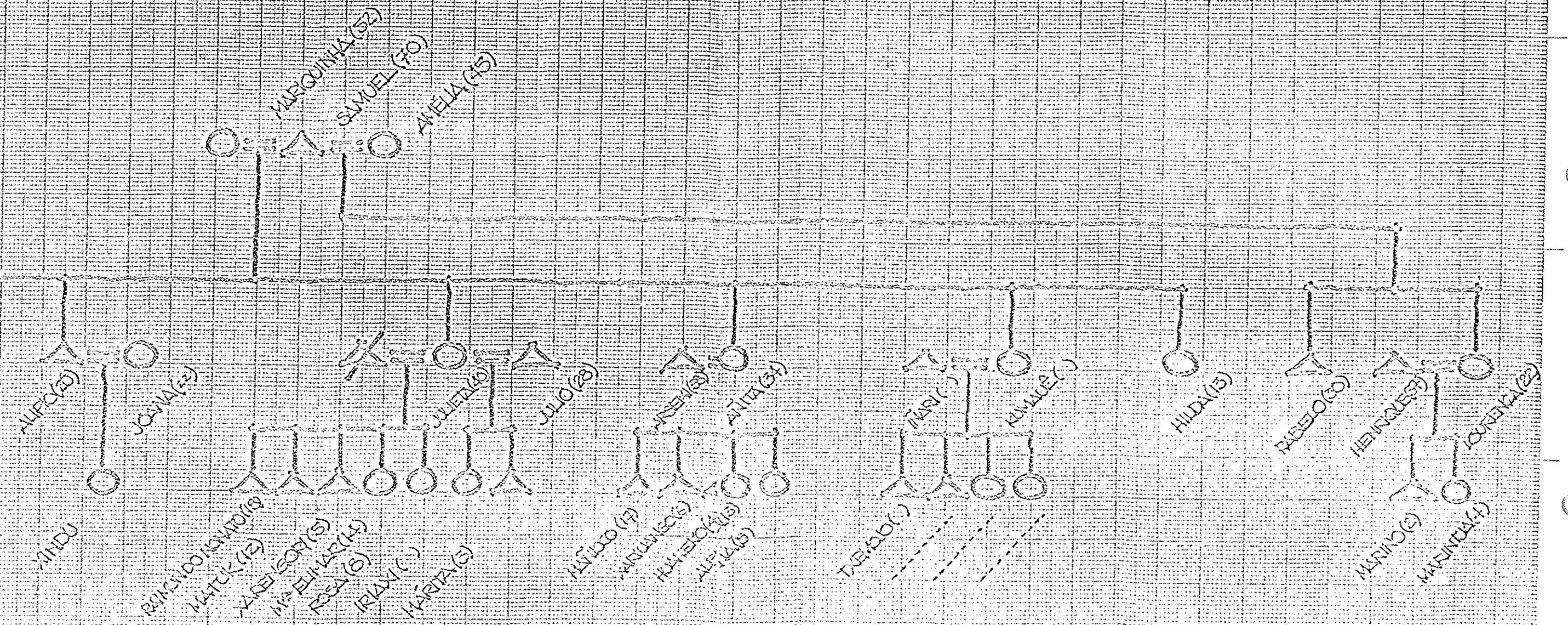
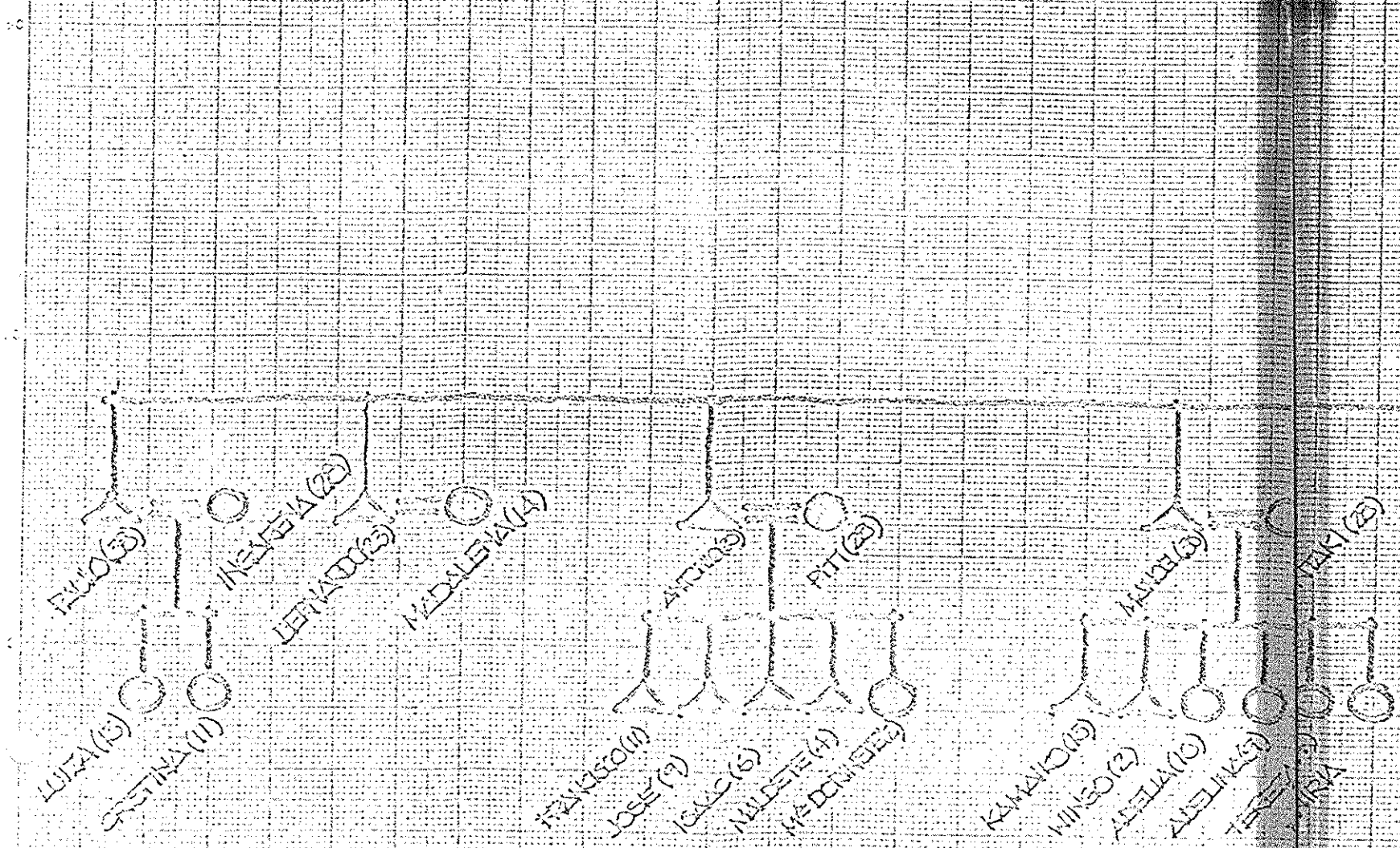
Postos Indígenas. (Cópia dos páginas iniciais do relatório).

Postos Indígenas. A presença efetiva da FUNAI implica o estabelecimento de pelo menos um posto indígena em cada uma das áreas a serem demarcadas. Através desses postos a FUNAI pode preencher as funções que na atualidade são desempenhadas pelos patrões. Obviamente com uma atuação positiva, em oposição ao papel dos patrões atuais, e visando uma eventual transferência da iniciativa, no âmbito da situação do contato, aos próprios indígenas.

Assistência Médico-Sanitária. Além dos programas de vacinação julgamos necessário implantar, nesta fase, um programa de assistência médico-sanitária permanente. Esta deve ter caráter primordialmente preventivo. O posto indígena deve estar equipado também para o atendimento de casos de emergência como afecções do aparelho respiratório, mordida de cobra, hepatite e doenças venéreas, além de tratamentos prolongados para os casos de tuberculose e Hanseníase.

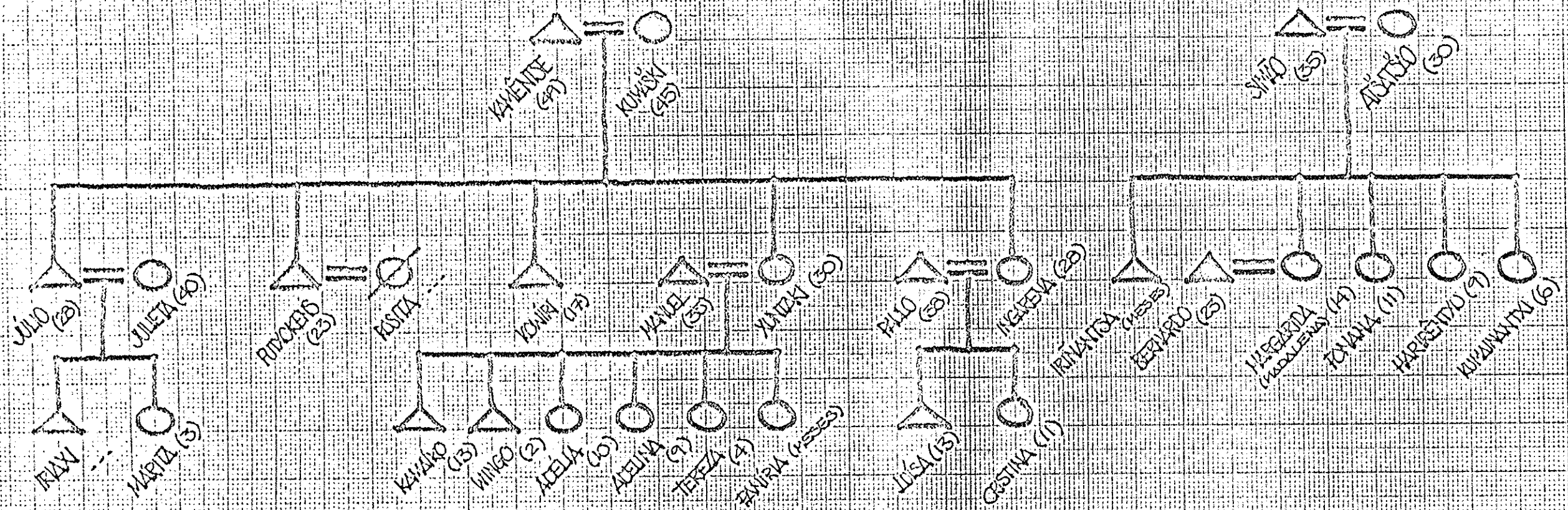
Escolas. Os índios solicitaram a necessidade de aprender a ler, escrever, e contar, pois isto lhes daria condições de evitar serem lesados nas transações com os regionais. Assim, parece indicado o estabelecimento de escolas nas áreas indígenas. A atuação dessas escolas deve fundamentar-se nos elementos pertinentes para a situação e os interesses dos grupos aos quais se aplica. Deve ao mesmo tempo prestigiar o uso e aprendizado da língua indígena que se constitui um fator fundamental da construção da identidade étnica.





DO NOME DO INHO KAMEL SAMUEL

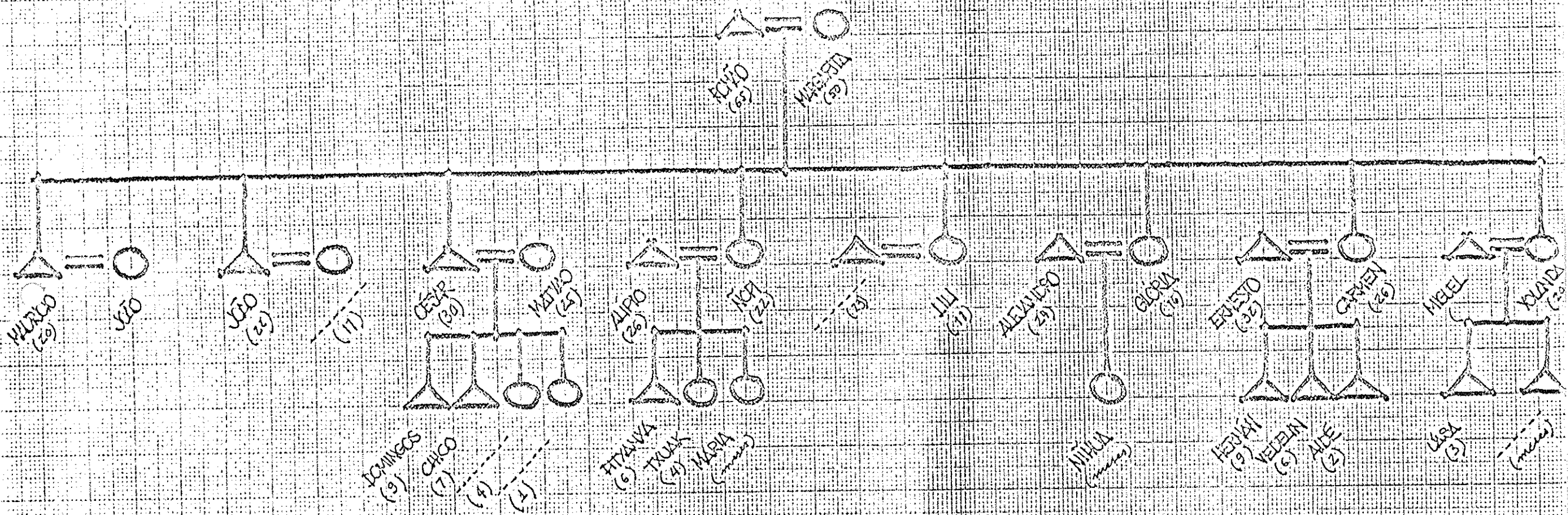




DESCENDÊNCIA  
DO ÍNDIO KAMRA  
KAMÉNTISE

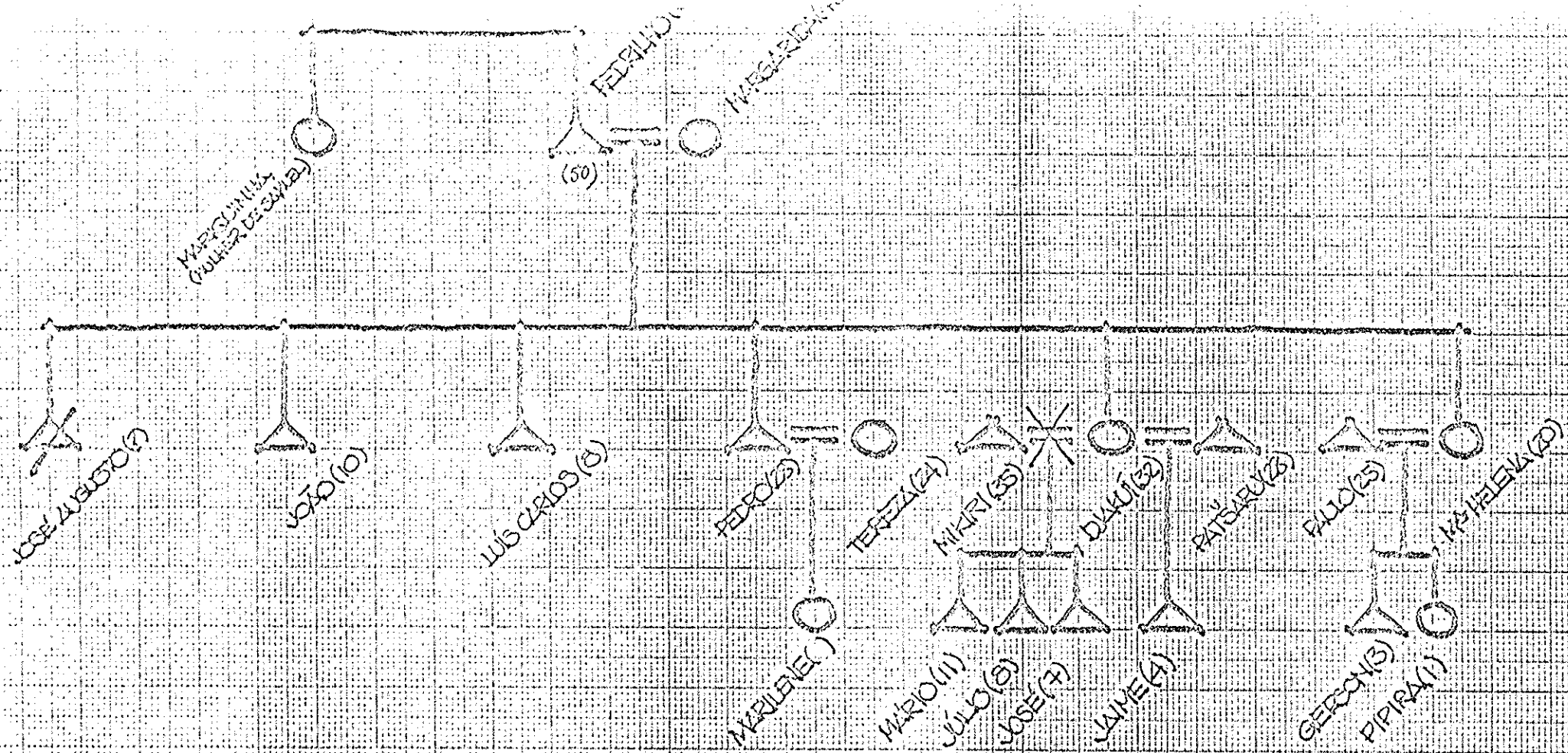
DESCENDÊNCIA  
DO ÍNDIO KAMRA  
SIMÃO





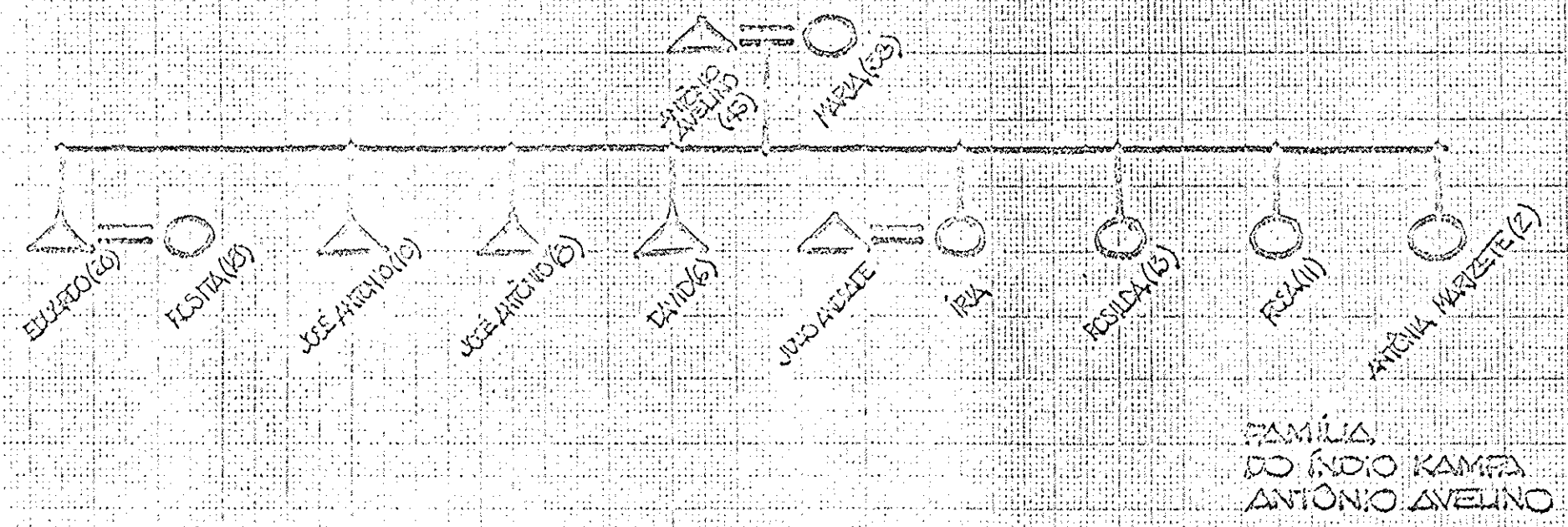
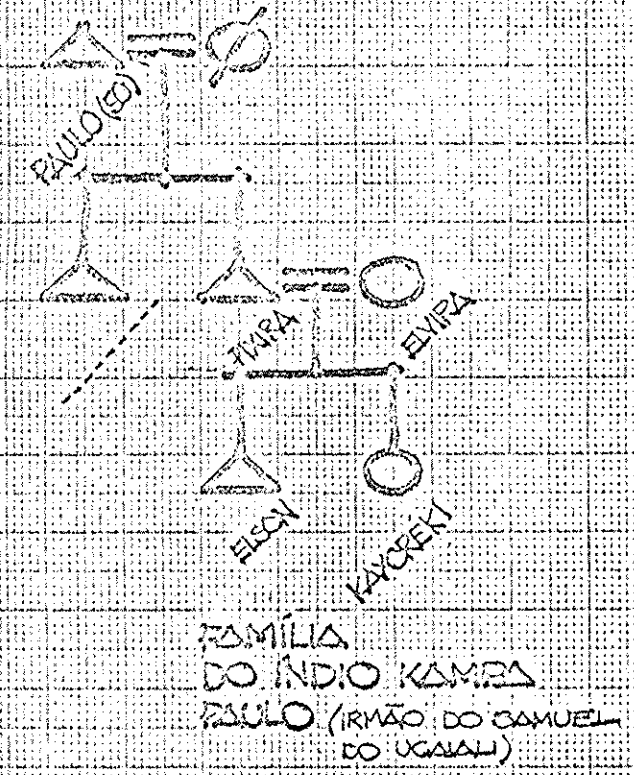
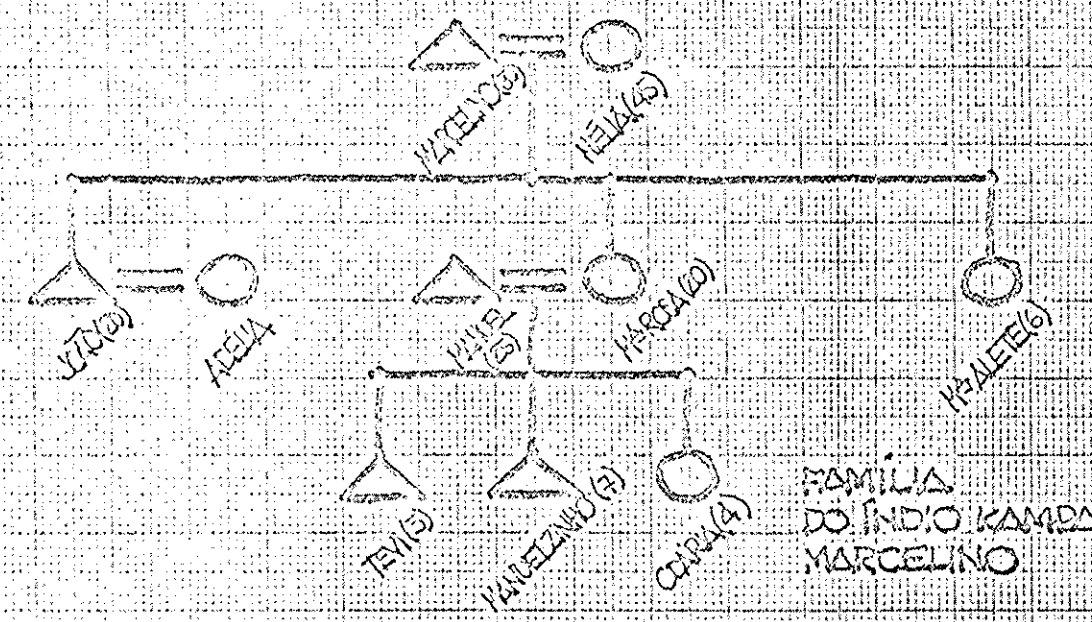
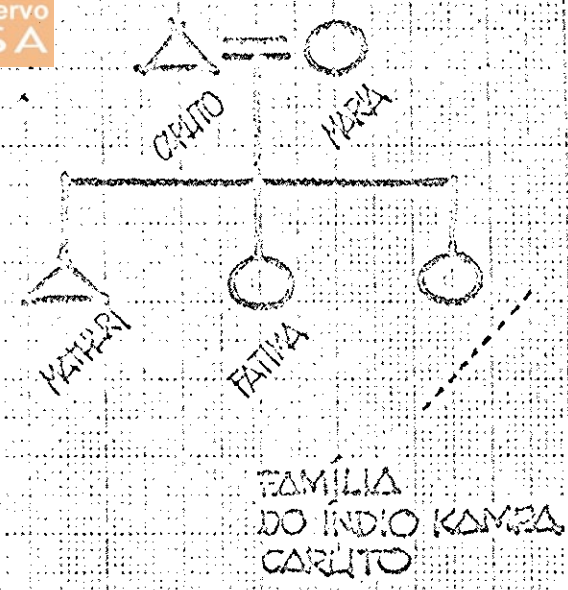
DESCENDÊNCIA DO ÍNDIO KAMPA ROMÃO





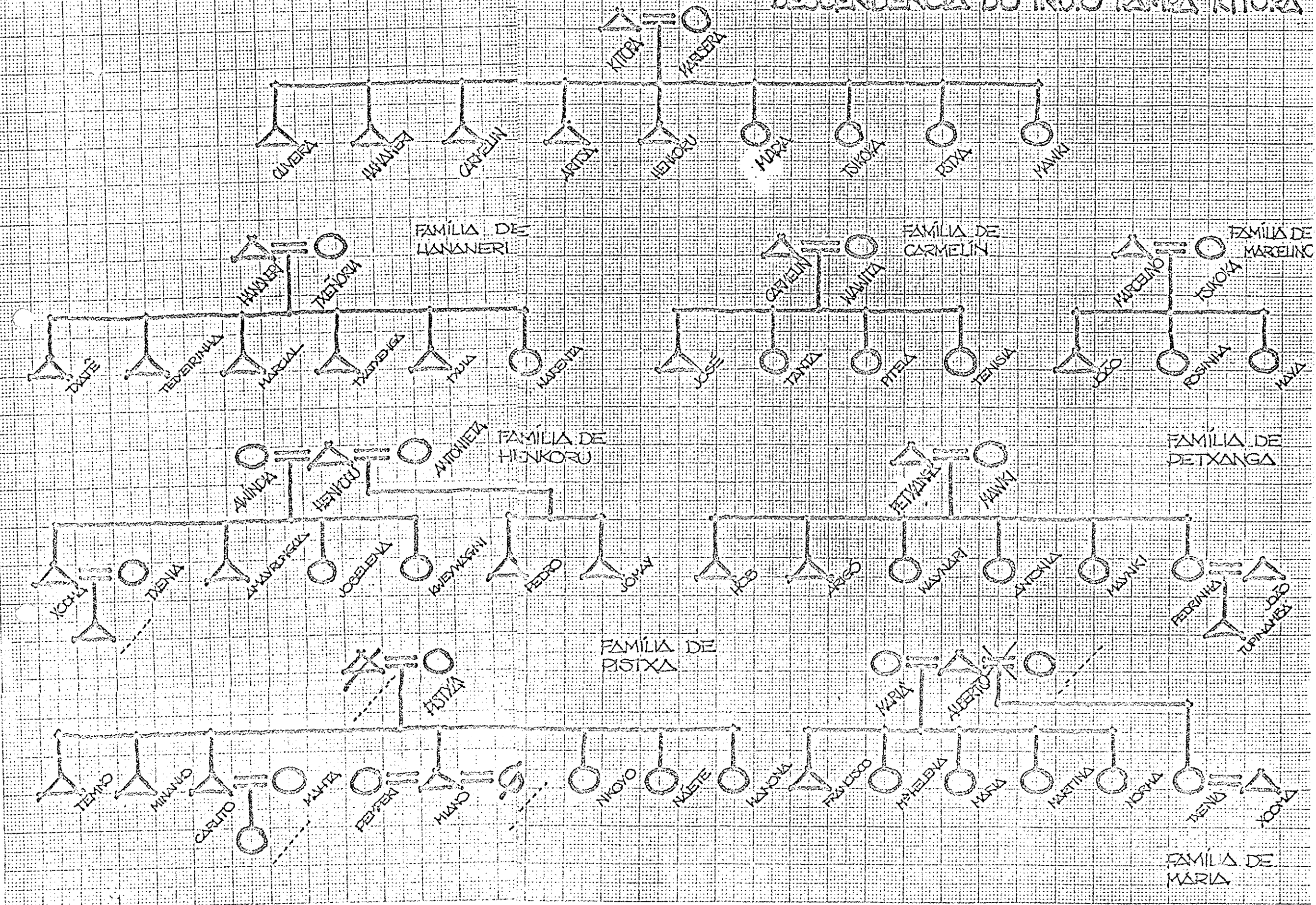
DESCENDÊNCIA DO ÍNDIO KAMPA PEDRINHO



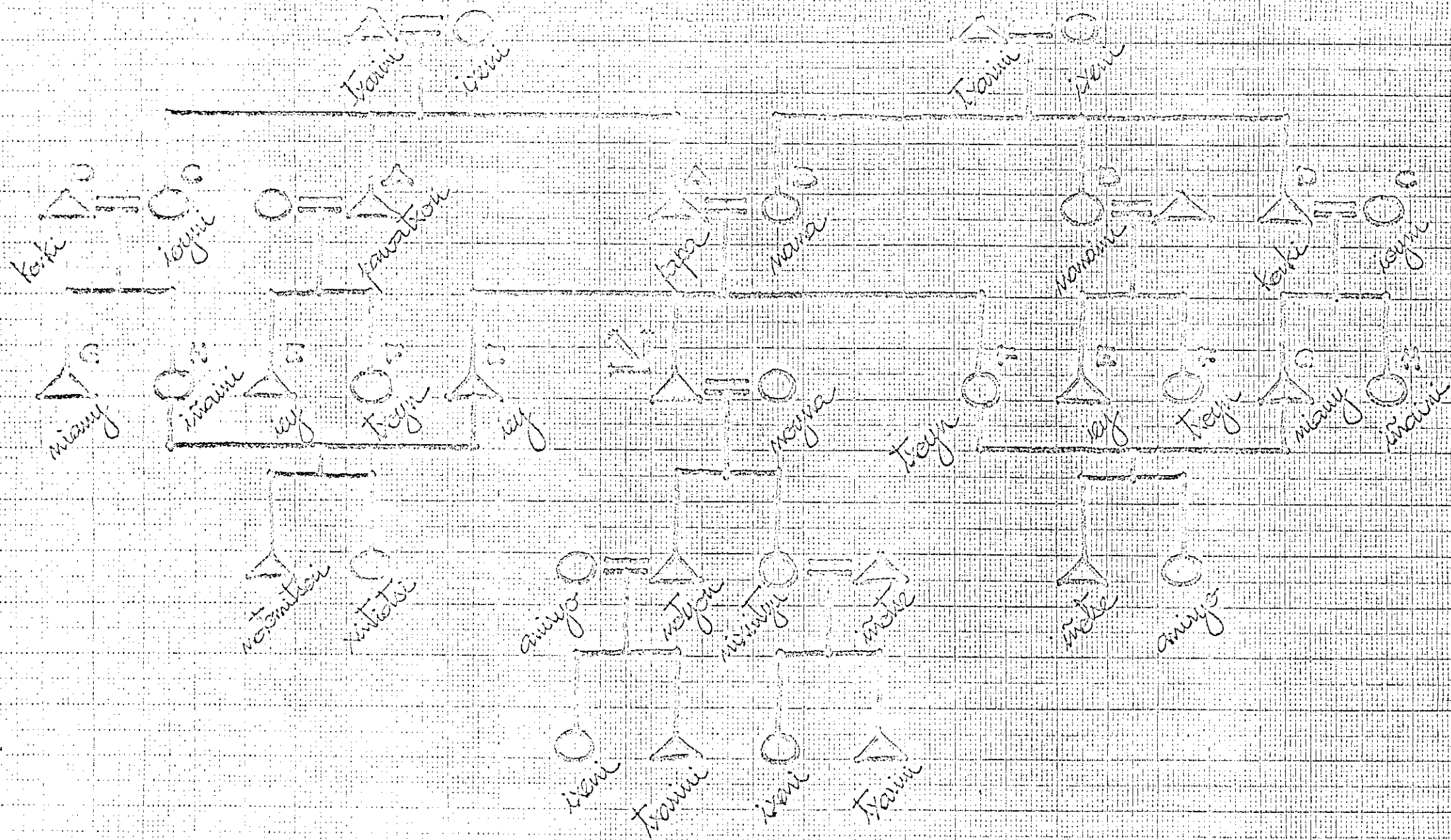


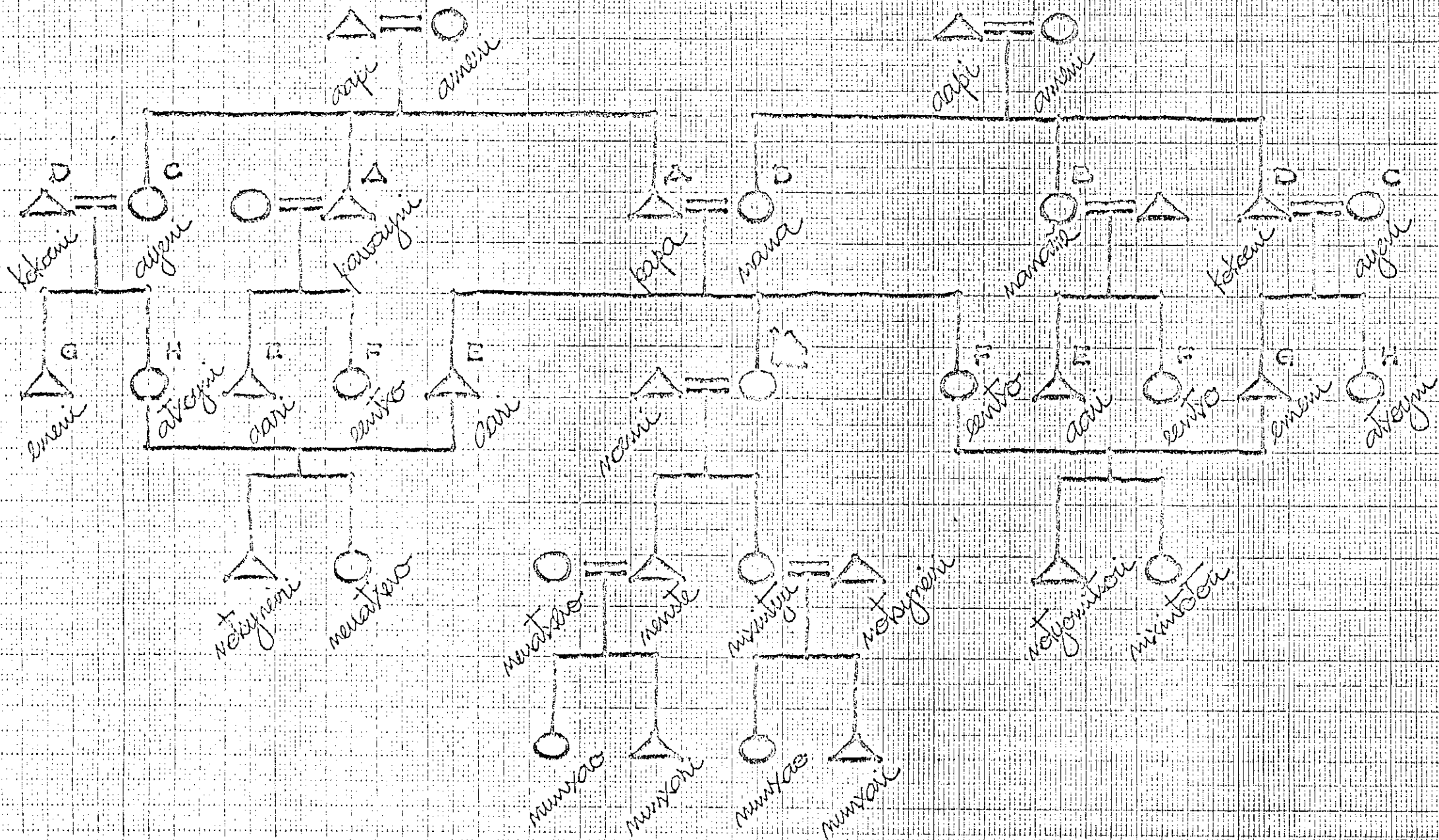


# DESCENDÊNCIA DO ÍNDIO KAYRA KITORA









ESTRUTURA DE PARENTESCO KAMPA  
(CEO FEMININO)